

Rodrigo Pacheco troca o MDB pelo DEM e mantém intenção de concorrer ao governo

| FÁBIO CORRÊA

| fcaraujo@hojeemdia.com.br

O deputado federal Rodrigo Pacheco filiou-se ontem ao Democratas garantindo a pré-candidatura ao governo de Minas. Existe a expectativa de aliados de que ele possa formar chapa com o senador Antonio Anastasia (PSDB), que comunicou na última semana a entrada na disputa.

“Mantenho meu conceito em relação ao senador Anastasia, que é o melhor possível”, disse o deputado federal, eleito para o cargo ainda pelo MDB.

“Foi um excelente governador, reconheço isso, mas tenho direito de dar a Minas Gerais uma alternativa, por isso coloco meu nome para

governo do Estado”, concluiu Pacheco, que assinou a filiação acompanhado pelo presidente da Câmara e pré-candidato ao Planalto, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e pelo presidente nacional do partido e prefeito de Salvador, Antônio Carlos Magalhães Neto.

O evento de filiação de Pacheco atraiu deputados e lideranças de vários partidos do campo oposicionista. Dentre eles, estavam tucanos como o presidente do PSDB em Minas, deputado Domingos Sávio, e o prefeito de Contagem, Alex de Freitas.

No palanque, Domingos Sávio elogiou a capacidade de diálogo de Pacheco. O Democratas é um dos partidos que o PSDB irá procurar para tentar uma composição.

“No limite, vão ser candidaturas que vão propor coisas parecidas. Eles acreditam nas mesmas coisas e acho que, na minha aposta, vai haver um entendimento para que saiamos juntos”, declarou Alex de Freitas.

“Pacheco é um candidato que tem total condição de contribuir em qualquer espaço, como vice, como senador da República. O importante é que nós consigamos estreitar o diálogo para que possamos fazer uma ampla frente para essa eleição”, complementou o deputado João Vitor Xavier (PSDB).

Representantes do Avante, PEN, PSD, PPS, PP, PMB, MDB, PTC e PSB também prestigiaram a filiação de Pacheco ao Democratas.

FLÁVIO TAVARES



PACHECO – Deputado promoveu evento para filiar-se ao Democratas

‘Não posso me atirar de cabeça em uma aventura’, diz Lacerda

| LUCAS BORGES

| lborges@hojeemdia.com.br

O ex-prefeito de Belo Horizonte Marcio Lacerda (PSB) declarou ontem que irá manter a pré-candidatura ao Palácio da Liberdade. Porém, afirmou que não sustentará uma campanha sem alianças.

Lacerda passou o dia conversando com aliados. Até o presidente nacional do partido, Carlos Siqueira, esteve ontem na capital mineira avaliando o cenário, após a entrada na disputa do senador Antonio Anastasia (PSDB).

“É perfeitamente normal o PSDB lançar uma candidatura própria. Nós mantemos a nossa candidatura e entendemos que ela será, e já é, muito competitiva”, afirmou Lacerda.

Entretanto, a possível perda do apoio de prefeitos e partidos, que passariam a se unir a Anastasia, pode fazer com que Lacerda repense os planos para a eleição. “Te-

ESTÊVÃO GALVÃO/DIVULGAÇÃO



LACERDA – Ex-prefeito passou o dia avaliando o cenário com aliados, dentre eles, Siqueira

nho o plano de ser candidato a governador, mas também não pode ser uma aventura. Não posso me atirar de cabeça em uma aventura. Temos que ter uma aliança mínima”, disse.

Apesar do risco de enfraquecimento na sua base eleitoral, Lacerda descartou fazer uma aliança com o PT, que deve lançar o atual governador Fernando Pimentel à reeleição.

“Está descartada essa possibilidade já há algum tempo inclusive”, declarou.

DINIS

O ex-prefeito de BH negociou apoio do PDT, que lançará Ciro Gomes candidato à Presidência da República. Ciro e Lacerda são amigos.

Ele ainda espera pelo Solidariedade, partido que deve abrigar o ex-deputado Dinis Pinheiro.

Contudo, com a entrada de Anastasia no processo eleitoral, já se fala na desistência de Dinis. Ele deve disputar uma vaga ao Senado. Nesse contexto, Lacerda avalia o apoio ao ex-deputado.

“O Dinis tem uma bela carreira como deputado e presidente da Assembleia. Tem uma grande rede de apoiadores em todo o Estado. Nós temos uma combinação, desde março do ano passado, de estarmos juntos e definirmos as posições em função das pesquisas”, disse Lacerda.

COOPERATIVA DE EDUCADORES E CONSULTORES LTDA. CNPJ 01.163.931/0001-73. Sede: Av. Barão Homem de Melo, 1963, sala 106, Bairro Alpes - BH/MG - CEP 30.451-669. EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. A Presidente da Cooperativa de Educadores e Consultores Ltda. - COOEDUCAR, usando as atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os Associados para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 06 de abril de 2018, na sede, Av. Barão Homem de Melo, 1963, Bairro Alpes, Belo Horizonte/MG, às 15 horas, em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) do número de associados, às 16 horas em segunda convocação com metade mais um dos associados, ou ainda, em terceira e última convocação, às 17 horas, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados. Pauta da Assembleia: 1 - ORDEM DO DIA: 1. Relatório do processo de liquidação da cooperativa. 2. Eleição do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal para o mandato 01/04/18 a 31/03/2020. 3. Leitura, discussão e aprovação do relatório da administração, balanço patrimonial, demonstração da conta sobras e perdas e parecer do Conselho Fiscal referente a prestação de contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, Belo Horizonte, 16 de março de 2018. Maria Helena Tavares Polastri - Presidente; Jonas Custódio Nunes - Liquidante.

A EP 01 Nova Lima Mall Holding S.A., CNPJ 18.392.915/0001-55 com sede na Rua Turim, nº 99, bairro Santa Lúcia, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nova Lima, através do Processo Administrativo nº 17356/2017, CERTIFICADO AMBIENTAL LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA para o empreendimento EP 01 NOVA LIMA MALL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA localizado na Rodovia Estadual MG 030, nº 1.645, lotes 0001, 1A, 2A, 3A, 4A e 5A, quadra 04, Bairro Pau Pombo, na cidade de Nova Lima - Minas Gerais, CEP: 34004639.

REGISTRO DE IMÓVEIS DE BELO HORIZONTE – EDITAL DE INTIMAÇÃO - PAULO EUGÊNIO REIS DUTRA, Oficial Interino do 6º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG, nos termos da Portaria nº 5.195/CGJ/2017 e na forma da Lei, etc... utilizando-se das atribuições conferidas pelo art. 26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do contrato de financiamento imobiliário nº 144440232465-2, INTIMA os Srs. ANAMARIA PIRES E ALBUQUERQUE JACQUES e RENATO DE BRITO VEIGA, residentes em local incerto e ignorado, para satisfazer, tendo em vista a infrutífera tentativa de intimação pessoal, na forma da Lei, no prazo de 15 dias, as prestações vencidas e as que vencerem até a data do pagamento, com juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação, referentes ao contrato de compra e venda garantido por Alienação Fiduciária, firmado em 28/02/2013 registrado sob nº R-05, na Matrícula nº 77.707 deste Serviço, referente ao imóvel situado à Rua Pernambuco, nº 1.045, Apto 1.605, Edifício Pancetti Residence Service, 5ª Seção Urbana, Belo Horizonte/MG, com saldo devedor que, em 20/03/2018, perfaz o montante de R\$118.640,42, relativo a prestações vencidas e não pagas, devendo comparecer a este Serviço de Registro de Imóveis, situado à Rua Inconfidentes nº 914 – Savassi – Belo Horizonte/MG, onde deverá efetuar o pagamento do débito acima descrito, purgando-se a mora, sob pena de se consolidar a propriedade em nome do credor fiduciário. Dado e passado nesta Cidade de Belo Horizonte aos 20 de março de 2018. O Oficial Interino, (ass) Paulo Eugênio Reis Dutra.

O PT em Minas fará aliança com o MDB, PCdoB e PRB. Os partidos tentarão reeleger o governador Fernando Pimentel (PT). Com o nome do candidato definido, a busca agora é pelos quadros que comporão o restante da chapa

O deputado estadual Rogério Correia (PT) disse ontem que o grupo de esquerda acredita na polarização do discurso nas eleições deste ano. “A disputa fica mais clara. Vamos decidir se o eleitor quer a volta do que era o PSDB em Minas ou não”

**HOJE
EM DIA****ANUNCIE AQUI (31) 3236-8001**



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG
CNPJ 38.486.817/0001-94



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Mensagem da Administração

Desde 2015, o BDMG resgatou sua missão de banco de desenvolvimento, cujas ações têm como destinatário final a sociedade. Nossa estratégia, em linha com as diretrizes do Governo do Estado de Minas Gerais, está calcada nos pilares da diversificação produtiva e do desenvolvimento socioeconômico sustentável, competitivo e inclusivo.

Para levar adiante esse propósito, foram definidos e implementados direcionadores de atuação de curto, médio e longo prazos, assentados na intencionalidade, ou seja, na escolha de objetivos coerentes com a definição estratégica. Tal atuação se dá de forma estruturada, com equipe dedicada e planejamento, acompanhamento e avaliação permanentes, por meio dos seguintes Programas: Sustentabilidade, Agro, Inovação e Desenvolvimento Regional e Social, que se alinham aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Essa estratégia é viabilizada com sucesso, mesmo em meio ao quadro de crise econômica do Brasil e de Minas Gerais nos últimos anos - que acarretou, para o Banco, redução e/ou encarecimento das fontes usuais de funding e aumento significativo da inadimplência, fundamentalmente porque o BDMG soube se posicionar diante do novo quadro e adotou importantes medidas de aprimoramento da sua ação. Entre elas destacam-se:

- ▶ Aprimoramento na política de crédito: revisão de processos de concessão, acompanhamento e cobrança, com ajustes nos modelos de classificação e concentração de risco, visando diversificar e melhorar ainda mais o perfil qualitativo da carteira;
- ▶ Aperfeiçoamento do novo modelo de precificação de produtos de forma a garantir a rentabilidade operacional e definição de carteira de produtos que atendam, ao mesmo tempo, às prioridades estratégicas dos desembolsos e aos requisitos de consistência da remuneração do Banco;
- ▶ Implementação de nova política de garantias: qualificação das garantias em termos de suficiência e liquidez e estabelecimento de limites de exposição, com exigência de maiores e melhores garantias, de acordo com a classificação de risco e porte do tomador;
- ▶ Robustecimento da política de liquidez: implementação de critérios e requerimentos mínimos de liquidez de curto, médio e longo prazo, fortemente relacionados ao fluxo de caixa e à execução da estratégia de forma sustentável;
- ▶ Estabelecimento de política proativa de renegociação e recuperação de crédito: adoção tanto de medidas preventivas quanto de cobranças e repactuações que, compatíveis com os objetivos e o regulamento do Banco, sejam coerentes com as dificuldades que a conjuntura econômica tem imposto a muitas empresas e, ao mesmo tempo, preservem nosso fluxo de recebimentos;
- ▶ Diversificação do funding: em linha com as melhores práticas das instituições de fomento no Brasil e no mundo, o BDMG firmou diversas parcerias que ampliaram suas fontes de recursos para concessão de crédito:

- ▶ com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foram R\$ 201 milhões repassados pelo Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) em 2017;
- ▶ com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) foi aprovado limite adicional de R\$ 80 milhões para novas contratações de projetos de inovação;
- ▶ com a Fundação Renova, que gera recursos para atuar nas regiões impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, foram firmados dois acordos. Um deles para gestão de um Fundo de financiamento a empresas, que teve início no segundo semestre de 2017 e já atendeu a 131 empresas, com desembolso total de R\$ 4,4 milhões. O outro para gestão de concessão de recursos para os municípios da região, sobretudo para políticas de saneamento, e que prevê conceder o montante de R\$ 390 milhões;
- ▶ com o Ministério do Turismo obtivemos, no final de 2017, credenciamento para operar R\$ 9,8 milhões do Fundo Geral de Turismo (Fungetur);
- ▶ duas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), que totalizaram R\$ 159,9 milhões para utilização em produtos de recursos próprios. No biênio 2016-2017, essas emissões totalizaram R\$ 225 milhões;
- ▶ Ainda em 2017, o BDMG deu início a processos de novas captações tanto no mercado nacional (via, sobretudo, mecanismos do mercado de capitais) quanto junto a organismos multilaterais internacionais, visando a um incremento de 15% a 25% no desembolso total ao longo de 2018;
- ▶ Redução de despesas: redução de custos operacionais por meio da metodologia Orçamento Base Zero (OBZ) tanto para a execução orçamentária de 2017 quanto para a elaboração do orçamento de 2018 nesse modelo; também foi implementada uma nova política de gestão de pessoas, com readequação da estrutura administrativa.

Também objetivando a redução de despesas, a Administração do BDMG, aprovou as seguintes medidas para 2018:

- ▶ Plano de Demissão Voluntária (PDV) para 33 funcionários elegíveis e licença sem remuneração de 1 (um) ano, renovável por mais 1 (um) ano, para até 20 funcionários. Com a adesão esperada às duas medidas, estima-se uma redução de custos da ordem de R\$ 3,3 milhões em 2018 e de R\$ 15,6 milhões em 2019, já considerando o custo de implementação do PDV.
- ▶ Retirada do benefício pós-emprego referente à assistência à saúde e ao seguro de vida dos empregados ativos quando de sua aposentadoria. Essa medida terá efeito positivo no resultado do Banco, em 2018, de cerca de R\$ 20 milhões, e, de 2019 em diante, de cerca de R\$ 4,7 milhões anuais, em decorrência da redução da provisão atuarial relacionada a esses benefícios.

Todas essas medidas contribuem para a efetiva melhoria dos nossos resultados operacionais, dos nossos indicadores de rentabilidade da carteira e da nossa gestão da liquidez, a par de sustentar nosso objetivo estratégico de atender às prioridades programáticas do Banco.

Contudo, como mostram os resultados finais das nossas Demonstrações Financeiras de 2017, os três últimos anos de acentuada crise econômica no Brasil implicaram alta expressiva nos níveis de provisão, consequência direta da ampliação das dificuldades das empresas e da maior inadimplência que atingiu o sistema financeiro do país.

Observa-se que o montante da provisão tem grande concentração em reduzido grupo de clientes, sendo a grande maioria com financiamentos concedidos antes de 2015 - a partir de então a atual gestão introduziu novas políticas de risco e concentração. No entanto, esse grupo apresenta dificuldades desde o início da crise, o que tem conferido à rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) uma recorrência que se agrava com a reclassificação regulamentar e prudencial desses créditos.

Por isso, em 2017, o BDMG, seguindo sua metodologia de classificação de riscos, e face à perspectiva praticamente nula de recuperação ou mesmo de renegociação eficaz de grande parte desses ativos, realizou o provisionamento total desses ativos, perfazendo um índice de cobertura 60% superior ao nível de inadimplência observado no período. Isso mostra o rigor do BDMG no tratamento das possibilidades de perdas de crédito - além disso, retira do cenário aqueles financiamentos que foram concedidos à luz de antigas políticas de risco e concentração, prévias a 2015, permitindo uma análise mais clara do desempenho do Banco e das políticas implementadas na atual Administração.

Assim, apesar dos avanços nos resultados operacionais e na rentabilidade da carteira de produtos, registramos resultado negativo de R\$ 177 milhões em 2017 em decorrência, principalmente, do volume de provisões de crédito de R\$ 559,5 milhões. A maioria das operações de crédito provisionadas, cerca de 77%, foi originada em período anterior a 2015.

A gestão do BDMG tem compromisso com a manutenção da solidez e com o crescimento sustentável do Banco e a convicção de que, com as medidas adotadas, com a melhoria relativa do cenário econômico, com a firmeza de nossos sistemas de análise e de controle e com a consistência de sua estratégia, já no início de 2018 o Banco apresentará demonstrativos financeiros positivos e fiéis ao processo de crescimento sustentável que o BDMG - um Banco de Desenvolvimento e, portanto, voltado, repita-se, ao atendimento da sociedade como beneficiária principal de sua atuação - executa desde 2015.

A Administração.

Resultado operacional e políticas públicas

O desembolso do BDMG em 2017 foi de R\$ 1.151 milhões, gerando um impacto adicional na produção mineira de R\$ 982,4 milhões e cerca de 23 mil empregos estimulados. O Banco alcançou, nesse ano, 21.397 clientes ativos em 747 municípios, resultado que mantém a presença do BDMG em 87% dos municípios mineiros (747 dos 853). São micro, pequenas, médias e grandes empresas de diversas atividades econômicas e prefeituras em todos os Territórios de Desenvolvimento Regional do Estado. Com sua missão de “promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável e competitivo de Minas Gerais, com geração de mais e melhores empregos e redução das desigualdades”, o BDMG definiu programas estratégicos para impulsionar a competitividade de setores importantes da economia mineira. Nesse aspecto, foram priorizadas quatro áreas - Sustentabilidade, Inovação, Agro e Desenvolvimento Regional e Social - que comprovam o compromisso do Banco com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) descritos na agenda internacional proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Sustentabilidade: atingiram R\$ 64,5 milhões em 2017, entre os quais R\$ 25 milhões foram destinados a projetos de energia renovável e eficiência energética, R\$ 19 milhões para o tratamento de resíduos industriais, R\$ 12 milhões para redução da poluição ambiental e R\$ 7,6 milhões para obras de saneamento.

Alinhado às propostas de ser um agente ativo na transição para uma economia de baixo carbono, foi lançado em 2017 o produto BDMG Taxis Híbridos, que oferece financiamento para a aquisição de veículos e capital de giro para as empresas permissionárias da BHTRANS. Foram financiados, nesse ano, 66 táxis, e o valor desembolsado atingiu R\$ 8,3 milhões. Os veículos híbridos são movidos a gasolina e energia elétrica, reduzindo, assim, o consumo de combustíveis e a emissão de poluentes na atmosfera.

Inovação: foram desembolsados cerca de R\$ 63,5 milhões ao longo do ano e estabelecida uma nova metodologia de acompanhamento e avaliação dos projetos com a finalidade de medir os resultados e impactos em termos dos objetivos definidos previamente.

O BDMG também atua em Fundos de Investimento em Participação (FIP), viabilizando projetos de empresas com alto potencial de crescimento que não encontram nos produtos de crédito tradicionais condições ideais para desenvolver suas atividades. No total, 13 empresas mineiras foram apoiadas em 2017, e o total aportado chegou a R\$ 3,3 milhões. Ainda nesse ano, o Banco efetivou participação no oitavo fundo, o Primatex, destinado a investir em companhias inovadoras com alto potencial de crescimento e geração de valor, com foco em empresas incubadas, pós-incubadas e residentes em parques tecnológicos. Além disso, lançou o Fundo Seed4Science, que realizará investimentos em empresas de base tecnológica oriundas de universidades e centros de pesquisa.

No que se refere à participação direta, o Banco atua por meio da sua subsidiária BDMGTEC em duas empresas cujas atividades inovadoras contribuíram para a diversificação produtiva de Minas Gerais nas áreas de biofármacos e semicondutores. Ao final de 2017, os valores integralizados chegaram a R\$ 32 milhões na Biomim, fabricante de insulina, e R\$ 56,2 milhões na Unitec Semicondutores.

Agro: o valor desembolsado para o setor agro totalizou R\$ 387 milhões em 2017. Entre as principais cadeias produtivas do agronegócio, o BDMG se destacou em leite, cana e café.

Para ampliar os instrumentos de ação no setor, foi lançado um edital para o credenciamento de correspondentes bancários para o segmento de crédito rural, que objetiva ampliar o financiamento de pequenos produtores rurais com crédito avalizado por cooperativas. Foram liberados R\$ 9 milhões para produtores de agricultura familiar associados a cooperativas de crédito e fornecedores integrados com a cadeia de produção em 2017.

Desenvolvimento Regional e Social: o BDMGWEB, plataforma digital do BDMG para concessão de crédito às micro e pequenas empresas, ultrapassou a marca de 116 mil solicitações de financiamento pela internet em cinco anos de implementação. Em 2017, mais de 16 mil micros e pequenas empresas fizeram suas propostas eletronicamente, resultando em desembolso de R\$ 177 milhões. Desse valor, R\$ 13,7 milhões para empresas de municípios cujo IDH-M é inferior à média estadual, buscando promover o dinamismo da economia nas regiões.

Para complementar a atuação neste segmento, foi ampliada a contratação de crédito com apoio do Fundo de Aval das Micro e Pequenas Empresas (Fampe) pela internet e para todos os produtos de capital de giro do BDMG com recursos próprios. Por meio desse instrumento, disponível no BDMGWEB, as empresas terão mais acesso a crédito, o que contribui para o aquecimento da economia - visto que as micro e pequenas empresas têm importante papel na geração de emprego e renda.

Ainda com o objetivo de contribuir para o incentivo da atividade econômica no Estado, durante 2017 o BDMG reduziu por três vezes suas taxas de financiamento para capital de giro. Isso foi possível graças às captações feitas pelo Banco com custos mais baixos, redução dos spreads e cortes de gastos internos realizados na atual gestão, bem como pelas sucessivas quedas da taxa Selic.

O apoio ao setor público foi marcado pela continuidade das ações do edital lançado em 2015 em parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais. Foram realizados desembolsos no valor total de R\$ 80,8 milhões para 139 municípios. Os financiamentos tiveram como finalidade obras de construção, reforma e ampliação de prédios públicos, abastecimento de água e esgoto, resíduos sólidos, mobilidade e drenagem urbana, bem como recursos para aquisição de máquinas e equipamentos.

Outra frente de atuação em 2017 foi o Programa BDMG Solidário: conjunto de ações emergenciais para as cidades que tiveram estado de emergência ou calamidade decretado em decorrência da chuva e reconhecido pela Defesa Civil de Minas Gerais. As prefeituras têm condições especiais de crédito para aquisição de máquinas e equipamentos novos, edificações municipais, iluminação pública, mobilidade, drenagem urbana, água, esgoto e resíduos sólidos urbanos. Além disso, o BDMG também oferta condições diferenciadas de renegociação de dívidas aos clientes localizados nas cidades afetadas.

O Programa BDMG Municípios Mineradores foi implementado em 2017 com o objetivo de garantir renda, empregos e arrecadação tributária para as cidades que dependem dos recursos da mineração. Foram liberados R\$ 68 milhões para 11 municípios.

Dando continuidade à parceria com a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, o Programa de Financiamento a Hospitais Filantrópicos manteve sua atuação em 2017. Foram liberados R\$ 27,6 milhões de recursos para três instituições habilitadas. Ao todo, foram desembolsados R\$ 69,3 milhões nessa linha de crédito entre 2016 e 2017.

Além dessa linha, outros produtos foram direcionados para financiamentos que objetivaram a disponibilidade e/ou a qualidade dos serviços ligados à ampliação de serviços sociais de educação e saúde. Foram disponibilizados R\$ 41,8 milhões, reforçando o papel do BDMG no desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais.

Relevância do BDMG no Estado

O BDMG teve ativa participação na estruturação de projetos de infraestrutura do Governo do Estado de Minas Gerais. Em 2017, tornou-se oficialmente estruturador de parcerias público-privadas (PPPs) e concessão para a Administração Estadual por meio do Decreto nº 47.155/2017. Com base nesse normativo, foi autorizado a atuar como assessor técnico nos projetos de modelagem da PPP das Escolas Estaduais, no edital de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) da Fundação Ezequiel Dias (Funed) e no PMI do Centro de Convenções da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Atuou também como assessor técnico do Governo Estadual em projetos de modelagem de PPPs de hospitais da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), de delegacias da Polícia Civil e da Plataforma Tecnológica de Monitoramento e Fiscalização. No âmbito dos municípios, foi autorizado a assessorar tecnicamente o Consórcio Regional de Saneamento Básico (Consane), o Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga (CIMVALPI), no tema de iluminação pública, e o município de Poços de Caldas, no tema de ativos turísticos públicos.

Outra frente de atuação do BDMG é lastreada na gestão de fundos estaduais criados pelo Governo do Estado de Minas Gerais para ampliar investimentos na economia mineira. O MG Investe será destinado a conceder financiamento para execução de projetos de implantação e expansão de empreendimentos, fornecimento de insumos, prestação de serviços, refinanciamento ou saneamento financeiro. Entre os objetivos está o de prestar garantia ou cobertura do BDMG em projetos estratégicos definidos pelo grupo de coordenação referente à política pública de desenvolvimento econômico e sustentável de Minas Gerais. O Governo do Estado, mesmo diante de uma situação financeira adversa, manteve o compromisso com o BDMG e aumentou o capital em R\$ 36 milhões, completando o aporte de R\$ 100 milhões anunciado em 2016.

Diversificação de funding

Visando dar continuidade à estratégia de diversificação das fontes de funding, o BDMG realizou em 2017 duas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA): R\$ 139,9 milhões em junho e R\$ 30 milhões em dezembro para utilização em produtos de recursos próprios. No total, R\$ 169 milhões no ano e R\$ 225 milhões no biênio 2016-2017.

Ainda com o objetivo de incentivar o agronegócio, destaca-se o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). O Ministério da Agricultura repassou ao BDMG R\$ 201 milhões para apoiar empresas e cooperativas do setor cafeeiro na safra 2017/2018. Em 2017, foram liberados R\$ 128 milhões desse limite, os outros R\$ 24 milhões desembolsados no ano faziam parte do limite anterior. Como parte da estratégia de se tornar o “Banco da Inovação de Minas Gerais”, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) aprovou limite adicional de R\$ 80 milhões para novas contratações de projetos de inovação.

Quanto ao fortalecimento da atuação em desenvolvimento regional e social, o BDMG e a Fundação Renova firmaram parceria e atuaram em duas frentes nas regiões impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão. O Desenvolve Rio Doce é uma linha de crédito com condições especiais para empresas e foram atendidos 131 clientes com desembolso total de R\$ 4,4 milhões. Para o setor público nessa região, foram disponibilizados R\$ 390 milhões para projetos de saneamento e gestão de resíduos sólidos. O BDMG fará o repasse dos recursos não reembolsáveis aos municípios, bem como a análise de viabilidade dos projetos

e acompanhamento da aplicação dos montantes desembolsados.

Frente à relevância do incentivo ao turismo para a atividade econômica no Estado, o BDMG conquistou o credenciamento do Ministério do Turismo para a operar recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur). O objetivo é apoiar a implantação, ampliação, modernização ou a reforma de empreendimentos turísticos como hotéis, agências de viagens e parques temáticos. Foi homologado o repasse de R\$ 9,8 milhões para utilização.

É importante ressaltar que, em 2017, foram mantidas as parcerias com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a Caixa e com a Fapemig.

No que diz respeito às captações externas, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou nesse ano cinco resoluções que promovem aprimoramentos na regulação bancária. Entre elas, a Resolução nº 4.594, que revoga a nº 2.515/98 e permite às agências de fomento e aos bancos de desenvolvimento a captação externa independente da classificação de risco, desde que não se utilize garantias soberanas. O BDMG atuou em diversas instâncias com o objetivo de mostrar a importância dessa nova diretriz, que favorecerá a busca por novas fontes internacionais de funding em um momento oportuno, visto que o BDMG estabelece estratégias para fortalecer parcerias com organismos multilaterais e acesso ao mercado externo de capitais.

O Banco efetua, de forma compatível com a gestão do funding, o gerenciamento da carteira de títulos e valores mobiliários de forma a assegurar a posição de liquidez adequada a seus compromissos, destacando-se o fato de que essa carteira inclui títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, no montante de R\$ 144 milhões e para os quais a Administração, em cumprimento à Circular 3.068/2001, declara ter capacidade financeira para mantê-los em carteira até o vencimento.

Governança

A governança corporativa em 2017 foi aperfeiçoada com a implementação do Comitê de Riscos e Capital. Esse órgão colegiado é vinculado diretamente ao Conselho de Administração e, por meio de uma atuação independente, isenta e autônoma, tem como principais atribuições propor políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e de capital, além da avaliação de apetite por riscos e estratégias para sua gestão.

O Comitê tem por referência a Resolução 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), alinhada aos objetivos estratégicos, especialmente a manutenção do papel de banco de desenvolvimento e a sustentabilidade financeira. Além disso, o BDMG instituiu a Declaração de Apetite a Riscos, que estabelece os níveis e tipos de riscos que a organização se dispõe a assumir na realização de seus negócios e objetivos. No que tange à gestão de riscos de crédito, uma frente de trabalho estabelece o desenvolvimento, a implementação e o monitoramento de novas metodologias com a perspectiva de, simultaneamente, aumentar a acurácia na aprovação de clientes e reduzir a inadimplência observada. Houve, ainda, como destaque, o aprimoramento de políticas para acompanhamento da qualidade creditícia das operações e do risco de concentração.

Quanto ao monitoramento do risco de liquidez, foram implementados novos indicadores de curto, médio e longo prazos, que utilizam metodologia capaz de capturar, de forma mais aderente, os movimentos de fluxo de caixa. Esse gerenciamento efetivo e prudente garante a capacidade do BDMG de honrar seus compromissos, inclusive em cenários de estresse. Para o risco de mercado, foram desenvolvidas novas metodologias para o gerenciamento de risco de taxa de juros da carteira bancária. As abordagens utilizadas seguiram os métodos Economic Value of Equity (EVE), para o valor econômico, e Net Interest Income (NII), para a intermediação financeira.

Foi realizado ainda o redesenho da atividade de levantamento e avaliação dos riscos operacionais e de conformidade, que possibilitará ganhos de eficiência e de qualidade dos trabalhos realizados. Outro ponto de destaque foi a melhoria na atividade de levantamento e avaliação da conformidade dos projetos de crédito. O monitoramento, implementado em 2016 e aprimorado em 2017, possibilita a obtenção de informações mais concisas e confiáveis sob os aspectos qualitativos e quantitativos do risco operacional e de conformidade relacionados ao Processo de Concessão de Crédito do BDMG, bem como a atuação mais célere e assertiva.

Em 2017, o BDMG também atualizou sua Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo (PLD/FT), visando a melhorias nas ações relacionadas ao cadastro de clientes, ao acompanhamento da evolução patrimonial dos funcionários e à análise prévia de novos produtos.

Eficiência na gestão do crédito

Em 2017, entrou em vigor uma nova Política de Garantias e Venda de Bens, cuja diretriz foi promover o equilíbrio entre segurança do crédito e viabilização de negócios alinhados às práticas de mercado, contribuindo para a sustentabilidade financeira do Banco. A política visa à indução da adimplência e à viabilização de negócios de acordo com a estratégia do BDMG e com as características dos projetos. A implementação da nova forma de atuação permitiu que o Banco tenha uma visão integrada do cliente e do grupo econômico, bem como ampliar o rol de garantias, trazendo dinamismo para as operações e maior eficiência na recuperação de crédito.

Além disso, o BDMG intensificou as ações para recuperação da carteira de crédito não performada, que geraram resultados significativos: aumento de 40% da recuperação de créditos de liquidação duvidosa e efetivação de 2.000 renegociações, que representam um acréscimo de 70% em relação ao exercício anterior. Também, foi consolidado o modelo de gestão de crédito parametrizada, que contou com uma rotina de monitoramento de processos, tendo como base a análise de indicadores e a definição de planos de ação para tratamento de desvios. Os processos de pós-venda também foram redesenhados.

Otimização de recursos

Em 2017, alcançou-se a redução das despesas de pessoal e encargos em relação ao período anterior graças à implementação do novo Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) e à otimização da estrutura organizacional. Foram revistas as políticas, as práticas e os processos de gestão de pessoas da instituição a partir do modelo de gestão por competências, e a Diretoria Executiva propôs uma nova organização com o objetivo de integrar unidades de maior sinergia e reduzir despesas com a folha de pagamento da instituição. Entre as medidas, estão a diminuição da quantidade de gerências e coordenações, reduzindo o número de cargos comissionados em mais de 20%. Referente aos custos, ao longo de 2017, o BDMG adotou a metodologia chamada Orçamento Base Zero (OBZ) para a elaboração do seu planejamento orçamentário anual. O objetivo foi otimizar os gastos e processos para ampliação dos resultados do BDMG, com acompanhamento sistemático. Com base nessa metodologia, estima-se uma economia de até R\$ 5,5 milhões em despesas de funcionamento entre 2018 e 2019.

Também objetivando a redução de despesas, a Administração do BDMG, aprovou as seguintes medidas para 2018 um Plano de Demissão Voluntária (PDV) e um programa de licença sem remuneração. Com a adesão esperada às duas medidas, estima-se uma redução de custos da ordem de R\$ 3,3 milhões em 2018 e de R\$ 15,6 milhões em 2019, já considerando o custo de implementação do PDV.

Também foi eliminado a partir de 2018 o benefício pós-emprego referente à assistência à saúde e ao seguro de vida dos empregados ativos quando de sua aposentadoria. Essa medida terá efeito positivo no resultado do Banco, em 2018, de cerca de R\$ 20 milhões, e, de 2019 em diante, de cerca de R\$ 4,7 milhões anuais, em decorrência da redução da provisão atuarial relacionada a esses benefícios

Estratégia 2018-2022

As prioridades nos próximos cinco anos evidenciam ações orientadas para o fortalecimento da atuação estratégica do BDMG e para a sustentabilidade financeira permanente. Todas essas questões envolvem a transição de um período de aprofundamento em termos de evolução dos fundamentos de backoffice - “a inteligência bancária” - do Banco para um ciclo de preparação para atuação em temas característicos de bancos de desenvolvimento.

O cenário da Estratégia 2018-2022 é de crescimento a partir da intencionalidade materializada pelos Programas Sustentabilidade, Inovação, Agro e Desenvolvimento Regional e Social e baseada na qualidade da carteira e na criação de oportunidades de mercado relevantes, atendendo a demandas dos clientes por novas alternativas de financiamento. Nesse sentido, continuam as ações em torno da diversificação de funding de acordo com as melhores práticas das instituições internacionais de fomento.

Foi construída, em linha com as diretrizes do Governo do Estado de Minas Gerais, uma estratégia de longo prazo calcada nos pilares da diversificação produtiva e do desenvolvimento socioeconômico sustentável, competitivo e inclusivo.

É o compromisso desta Administração.

BDMG

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG

CNPJ 38.486.817/0001-94

MINAS GERAIS

DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO

BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares de reais

	2017	2016		2017	2016
Ativo	2.355.324	1.786.786	Passivo	1.690.511	1.781.501
Circulante	5.780	2.192	Circulante	36.225	6.358
Disponibilidades (Nota 3)	150.534	159.715	Depósitos (Nota 11 (a e b))	398	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	115.514	124.620	Depósitos à vista	35.574	6.358
Aplicações em depósitos interfinanceiros	45.605	46.822	Depósitos a prazo	253	-
(Provisão para perdas)	(10.585)	(11.727)	Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11 (d e e))	58.111	593.023
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5-6)	410.041	49.309	Recursos de letras financeiras e de crédito do agronegócio	58.111	593.023
Carteira própria	383.028	46.939	Obrigações por empréstimo (Nota 12 (a))	378.436	159.956
Vinculados à prestação de garantias	9.367	-	Empréstimos no exterior	378.436	159.956
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	17.646	2.370	Obrigações por repasses do país - Instit. Oficiais (Nota 12(b))	1.104.598	908.933
Operações de crédito (Nota 7)	1.620.519	1.370.868	Tesouro nacional	2.035	2.732
Operações de crédito	2.093.290	1.469.909	BNDES	576.442	467.656
Sector público	197.381	178.312	CEF	201	8
Sector privado	1.895.909	1.291.597	FINAME	283.035	271.758
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(472.771)	(99.041)	Outras instituições	242.885	166.779
Outros créditos (Nota 8)	168.220	204.491	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	8.907	-
Rendas a receber	2.871	2.654	Instrumentos financeiros derivativos	104.234	113.231
Diversos	165.402	201.839	Sociais e estatutárias	434	14.770
(Provisão outros créditos de liquidação duvidosa)	(53)	(2)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	397	783
Outros valores e bens (Nota 9)	230	211	Fiscais e previdenciárias	36.425	38.517
Outros valores e bens	230	211	Fundos financeiros e de desenvolvimento	1.549	1.401
Não circulante	4.588.232	5.828.536	Diversas	65.429	57.760
Realizável a longo prazo	4.524.496	5.711.919			
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	-	10.353	Exigível a longo prazo	3.612.210	4.111.878
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	10.353	Depósitos (nota 11(a))	18.052	322
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5-6)	293.292	1.048.796	Depósitos interfinanceiros	-	322
Carteira própria	291.537	975.143	Depósitos a prazo	18.052	-
Vinculados à prestação de garantias	-	11.268	Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11 (e))	162.258	16.040
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	1.755	62.385	Recursos de letras financeiras e de crédito do agronegócio	162.258	16.040
Operações de crédito (Nota 7)	3.638.869	4.274.275	Obrigações por empréstimo (Nota 12 (a))	89.982	392.652
Operações de crédito	3.942.078	4.492.476	Empréstimos no exterior	89.982	392.652
Sector público	542.488	649.108	Obrigações por repasses do país - Instit. Oficiais (Nota 12 (b))	2.784.782	3.099.436
Sector privado	3.399.590	3.843.368	Tesouro nacional	9.263	9.754
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(303.209)	(218.201)	BNDES	1.546.284	1.800.428
Outros créditos (Nota 8)	538.156	323.705	CEF	11.235	2.277
Rendas a receber	1.313	1.115	FINAME	1.095.560	1.190.959
Créditos específicos	1.183	1.183	Outras instituições	122.440	96.018
Diversos	548.021	333.714	Instrumentos financeiros derivativos	-	15.600
(Provisão para outros créditos de liq duvidosa)	(12.361)	(12.307)	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	-	15.600
Outros valores e bens (Nota 9)	54.179	54.790	Outras obrigações (Nota 13)	557.136	587.828
Investimentos temporários	6	6	Fiscais e previdenciárias	7.709	9.143
Outros valores e bens	56.993	57.415	Fundos financeiros e de desenvolvimento	63.307	68.745
(Provisões para desvalorizações)	(2.820)	(2.631)	Diversas	486.120	509.940
Permanente (Nota 10)	63.736	116.617			
Investimentos	32.371	84.802	Resultados de exercicios futuros (Nota 14)	11.534	12.406
Participações em coligadas e controladas - no País	31.883	84.315	Resultados de exercicios futuros	11.534	12.406
Outros investimentos	1.325	1.324			
(Provisão para perdas)	(837)	(837)	Patrimônio líquido (Nota 15)	1.629.301	1.709.537
Imobilizado de uso	19.382	20.479	Capital:	1.906.151	1.894.396
Imóveis de uso	43.787	43.788	Capital de domiciliados no país	1.906.151	1.894.396
Outras imobilizações de uso	13.280	12.944	Capital a realizar	-	(50.000)
(Depreciações acumuladas)	(37.685)	(36.253)	Reservas de lucro	-	18.865
Intangível	11.983	11.336	Ajuste de avaliação patrimonial	(107.370)	(153.724)
Ativos intangíveis	24.256	18.287	Prejuízo acumulado	(169.480)	-
(Amortizações acumuladas)	(12.273)	(6.951)			
Diferido	-	-	Total do passivo	6.943.556	7.615.322
Gastos de organização e expansão	-	1.610			
(Amortizações acumuladas)	-	(1.610)			
Total do ativo	6.943.556	7.615.322			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Semestre	Exercícios
	2017	2017
Receitas da intermediação financeira	505.327	887.275
Operações de crédito (Nota 18 (a))	462.800	797.096
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 18(b))	46.362	102.100
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 18 (i))	(3.870)	(18.058)
Resultado de operações de câmbio	31	6.133
Operações de empréstimos e repasses	4	4
Despesas da intermediação financeira (Nota 18 (b))	(560.253)	(932.087)
Operações de captação no mercado (Nota 18 (ii))	(19.650)	(42.523)
Operações de empréstimos e repasses (Nota 18 (iii))	(152.653)	(329.967)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7 (d))	(387.950)	(559.597)
Resultado bruto da intermediação financeira (Nota 18(iii))	(54.926)	(44.812)
Outras receitas/despesas operacionais (Nota 18 (c))	(129.462)	(229.754)
Receitas de prestação de serviços	14.782	31.555
Despesas de pessoal	(56.044)	(110.860)
Outras despesas administrativas (Nota 18(ii))	(23.800)	(40.404)
Despesas tributárias (Nota 18(ii))	(9.715)	(20.105)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(56.223)	(57.052)
Outras receitas operacionais (Nota 18 (iii))	46.448	58.203
Outras despesas operacionais (Nota 18 (iv))	(44.910)	(91.091)
Resultado operacional	(184.388)	(274.566)
Resultado não operacional	5.729	4.190
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(178.659)	(270.376)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 19)	37.455	92.845
Provisão para imposto de renda	(12.743)	(27.334)
Provisão para contribuição social	(11.424)	(23.394)
Ativo fiscal diferido	61.622	143.573
Participação estatutária no lucro	-	-
Participação dos empregados	-	-
Lucro (prejuízo) líquido	(141.204)	(177.531)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,0002 por lote de 1000 ações)	-	-
Lucro (prejuízo) por ação (lote de 1000 ações) - R\$	(0,00020)	(0,00276)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de reais

	Semestre	Exercícios
	2017	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/ (prejuízo) antes dos impostos e participações	(178.659)	(270.376)
Ajustes de:		
Depreciações e amortizações	2.643	5.145
Constituição de provisões e passivos líquidos	15.930	53.691
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida de reversões	387.950	559.597
Constituição (reversão) de provisão para perdas	(1.391)	155
Apropriação de receitas diferidas	(8.100)	(17.847)
Ganhos e perdas cambiais, líquidas	3.425	12.508
Recuperações operações de créditos baixadas para prejuízo	(135.084)	(142.374)
Receitas de atualização monetária de operações crédito de longo prazo	(3.536)	(2.678)
Resultado de equivalência patrimonial	56.223	57.052
Ajuste ao valor de mercado dos instrumentos derivativos e objeto de hedge	(1.732)	(4.607)
Ganho em ativos financeiros disponíveis para venda	(32.999)	(70.817)
Ganho em ativos financeiros mantidos até o vencimento	(6.273)	(13.105)
Lucro líquido ajustado	98.397	166.344
(Aumento) de aplicações financeiras de liquidez	(35.020)	(24.666)
Redução (Aumento) de derivativos	(10.626)	50.218
(Aumento) de operações de crédito	(39.731)	(28.686)
(Aumento) de outros créditos e outros valores e bens	(8.355)	(17.817)
Aumento (Redução) de depósitos interfinanceiros	53.713	47.597
Aumento (Redução) de captação por meio de letras financeiras	(324.009)	(388.694)
Aumento de obrigações por empréstimos e repasses	(32.353)	(228.769)
Aumento de resultado de exercício futuro	7.943	16.974
Aumento de outras obrigações	(9.786)	(64.030)
Variação de ativos e obrigações	(298.314)	(637.873)
Caixa gerado nas operações	(299.917)	(471.529)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.161)	(53.282)
Caixa líquido (aplicado na) gerado pelas atividades operacionais	(315.078)	(524.811)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo permanente	(3.896)	(4.696)
Investimento na subsidiária BDMGTEC	-	(4.621)
Aquisição de ativos financeiros disponíveis para venda	(16.636)	(23.114)
Recebimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	75.891	459.443
Aquisição de ativos financeiros mantidos até o vencimento	206	(14.998)
Recebimentos de ativos financeiros mantidos até o vencimento	6.757	15.110
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	62.322	427.124
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	36.536	50.941
Juros sobre capital próprio	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	36.536	50.941
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(216.220)	(467.466)
Caixa e equivalentes a caixa no início do período	337.483	161.907
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa	31	6.133
Caixa e equivalentes a caixa no final do período	121.294	121.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1

Informações gerais

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, sociedade anônima de capital fechado, é uma empresa pública controlada pelo Estado de Minas Gerais e regida pela legislação das sociedades por ações, pela regulamentação pertinente do Sistema Financeiro Nacional e pela legislação aplicável emanada do Governo do Estado de Minas Gerais.

As atividades do BDMG, base de seu objeto social, estão associadas ao desenvolvimento econômico e social do Estado de Minas Gerais. Dentro deste enfoque, realiza atividades próprias dos bancos de desenvolvimento nos termos das normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e atua como agente financeiro dos fundos constituídos pelo Estado para financiar programas e projetos propiciadores do desenvolvimento de Minas Gerais. O BDMG também é agente financeiro e/ou gestor de outros fundos não pertencentes ao Estado que, em razão de financiar projetos localizados em Minas Gerais, promove o seu desenvolvimento. O Banco ainda atua prestando assessoria e assistência técnica à Administração Direta e Indireta do Estado e, cria oportunidades para a implantação/ampliação de empresas de relevante interesse para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais mediante investimentos nessas empresas por meio de sua subsidiária integral BDMGTEC PARTICIPAÇÃO S.A., constituída em 2012.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria do Banco em 20/02/2018.

2

Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Desta forma, a instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo Bacen:

Resolução CMN nº 3.566/2008 - CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Resolução CMN nº 3.604/2008 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Resolução CMN nº 4.007/2011 - CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

Resolução CMN nº 3.973/2011 - CPC 24 - Evento Subsequente

Resolução CMN nº 3.750/2012 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas

Resolução CMN nº 3.823/2012 CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Resolução CMN nº 4.144/2012 - CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico

Resolução CMN nº 4.424/2015 - CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados

Resolução CMN nº 4.534/2016 - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível

2.1

Base de preparação

A contabilidade do Banco é feita de forma informatizada, baseada em diversos sistemas operacionais integrados ao sistema contábil. Os principais sistemas operacionais, que efetuam os controles das operações de crédito, gestão financeira e patrimônio, respondem pela maior quantidade dos lançamentos e foram desenvolvidos internamente. Há, também, sistemas operacionais contratados de terceiros necessários para a execução e controle de atividades complementares.

O BDMG adota práticas de segurança da informação, com o objetivo de garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade das informações necessárias à manutenção de seu negócio.

2.2

Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do BDMG são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão

2.3

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários no Brasil e no exterior, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 3).

2.4

Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.5

Títulos e valores mobiliários

Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários, conforme a intenção de negociação da Administração, são classificados nas categorias a seguir, que observam os seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas relativos a esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado do período.

(ii) Títulos disponíveis para venda - incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a gestão do fluxo de caixa. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos (curva do título) reconhecidos no resultado do exercício e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no grupo Patrimônio Líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração

Continuação



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG
CNPJ 38.486.817/0001-94



2.9 Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Estes ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base “pro rata” dia, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

2.10 Investimentos

O investimento do Banco na subsidiária BDMGTEC é avaliado pelo método da equivalência patrimonial (Nota 10 (a)). Os títulos e valores mobiliários referentes às participações societárias quando inicialmente reconhecidas na BDMGTEC, foram classificadas na categoria “Disponível para Venda” com os investimentos mensurados pelo valor justo na data da negociação. Após o reconhecimento inicial, entretanto, os investimentos permanecem avaliados pelo custo de aquisição, conforme item 46 (c) do Pronunciamento Técnico CPC 38, pelo fato dos preços de mercado não poderem ser confiavelmente medidos.

Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo e são ajustados a valor de mercado por meio de constituição de provisão para perda efetiva.

2.11 Imobilizado de uso e intangível

Os bens que constituem o imobilizado de uso, exceto aqueles adquiridos antes de 1995, que foram corrigidos monetariamente conforme regulamentação vigente à época, e os bens do intangível são apresentados ao custo de aquisição, líquidos das respectivas depreciações e amortizações acumuladas e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), caso o teste realizado anualmente indique que esses ativos estão contabilizados por um valor superior ao seu valor recuperável.

A depreciação e amortização desses é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Imóveis	20
Instalações, móveis e equipamentos	10
Sistema de processamento de dados	5
Outros	10
Softwares	5

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado de seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 10 (b)).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Resultado não operacional” na demonstração do resultado.

2.12 Impairment dos ativos que compõem o ativo permanente

As perdas são reconhecidas no resultado do período caso existam evidências de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável.

Anualmente, por ocasião do encerramento do exercício, é feita a avaliação técnica dos bens que compõem o imobilizado de uso e o intangível do Banco. Esta avaliação se constitui na base para se verificar a possibilidade de ocorrência de perda por impairment no decorrer do exercício.

O investimento do Banco na subsidiária BDMGTEC, que representa 96,0% do total dos investimentos do Banco, é acompanhado, anualmente ou, caso necessário, em menor periodicidade, para fins de avaliar a ocorrência de perda no valor recuperável deste investimento.

2.13 Passivo circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base “pro rata” dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

2.14 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2012, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do Bacen e observam o Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Ativos Contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos Contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, as jurisprudências proferidas pelos Tribunais, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes e os passivos contingentes classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados (Nota 13).

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias - são decorrentes de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é a legalidade ou constitucionalidade e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os seus montantes são reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (Nota 13).

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado foi constituída à alíquota de 15% até 31/08/2015, e à alíquota de 20%, a partir de 01/09/2015, de acordo com o disposto na Medida Provisória 675/2015, convertida na Lei 13.169/2015 (Nota 19 (a)).

Os créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa são constituídos pelas referidas alíquotas consideradas para as provisões do imposto de renda e para a contribuição social. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de balanço e constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data da elaboração das demonstrações financeiras, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na proporção da probabilidade de ocorrência de lucros tributáveis futuros e contra os quais as diferenças temporárias poderão ser usadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com esses tributos sobre a renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.16 Benefícios a empregados

O Banco patrocina aos seus empregados ativos e assistidos os seguintes benefícios:

(i) Benefícios previdenciários - tem por objetivo proporcionar aos empregados a complementação da aposentadoria assegurada pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS. O BDMG é patrocinador de planos previdenciários nas modalidades: benefício definido (fechado para novas adesões em 10 de novembro de 2011) e contribuição variável;

(ii) Benefício de assistência médica e odontológica - este plano oferece a cobertura das despesas médicas e odontológicas aos seus participantes. O BDMG assegura este benefício aos participantes ativos e aos assistidos que se inscreveram no plano, na qualidade de ativos, até 10/10/2009, mediante pagamento parcial da contribuição mensal. Aos empregados que aderiram ao plano de assistência médica a partir de 11/10/2009, ficou assegurado o patrocínio do BDMG enquanto participantes ativos e, quando assistidos, esses empregados poderão permanecer vinculados ao plano, sendo responsáveis pelo total da contribuição devida;

(iii) Seguro de vida - O BDMG oferece este benefício para ativos e assistidos, mediante o pagamento de parte do prêmio da apólice de seguro de vida em grupo;

(iv) Programa de desligamento voluntário do Emprego - Este programa, que tem por objetivo beneficiar os empregados em condição de se aposentarem e que atendem os requisitos estabelecidos pelo Programa, implantado pela primeira vez em de junho de 2011 e encerrado em janeiro de 2016, foi novamente reaberto em abril de 2017 e também já encerrado em maio de 2017.

(v) Outros benefícios - O Banco ainda concede a seus empregados ativos outros benefícios que decorram da participação no lucro e da licença maternidade pelo período de seis meses e também concede benefício de pensão vitalícia a um empregado assistido.

Os benefícios pós emprego concedidos pelo Banco, exceto aqueles relacionados como “outros benefícios” para os empregados ativos, são contabilizados de acordo com o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN n.º 4.424/2015.

Os registros contábeis dos benefícios são efetuados observando essa Norma que requer a realização de estudo atuarial para fundamentar esses registros. O estudo atuarial utilizado pelo Banco é realizado anualmente para a data base de 31 de dezembro e atualizado semestralmente para a data-base de 30 de junho. As informações sobre a contabilização dos benefícios a empregados, no período de 01/01/2017 a 31/12/2017, estão detalhadas na Nota 24.

2.17 Participação dos empregados no lucro

É definida em convenção coletiva e também pelo cumprimento do Plano de Metas, sendo provisionada com base em percentual sobre o resultado e ajustada ao final do ano após apuração do lucro do exercício e avaliação do cumprimento das metas.

2.18 Capital social

O capital social do Banco, registrado no patrimônio líquido, é constituído por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

2.19 Reconhecimento do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pelas parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o lucro tributável e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes, exceto em relação ao ganho sobre operações de crédito negociadas que é apropriado ao resultado pelo regime de caixa, conforme determinado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Para a remuneração do capital aos seus acionistas, o BDMG adota como prática distribuir dividendos ou pagar juros sobre capital próprio condizente com o resultado apurado no exercício.

2.21 Partes relacionadas

A divulgação em Notas explicativas às demonstrações financeiras sobre partes relacionadas cumpre determinação da Resolução CMN nº 3.750/2009. De acordo com esse Normativo são divulgadas as transações ocorridas entre o Banco e suas partes relacionadas que possam afetar a sua situação patrimonial e financeira e o seu resultado. As pessoas jurídicas e físicas que se enquadram na resolução interna do BDMG, de nº 209/2009, são consideradas partes relacionadas do Banco e são aquelas com as quais o Banco realizou transações no período conforme mencionadas na Nota 20.

3 Caixa e equivalente de caixa

Estão considerados como caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades, representadas por dinheiro em caixa e depósitos bancários no Brasil e no exterior e investimentos de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

	2017	2016
Disponibilidades	1.976	1.616
Disponibilidades em moeda estrangeira	3.804	576
Aplicações interfinanceiras de liquidez	115.514	159.715
	<u>121.294</u>	<u>161.907</u>

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2017	2016
Aplicações em operações compromissadas posição bancada:		
Letras Financeiras do Tesouro	115.514	124.620
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.585	57.175
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros (i)	(10.585)	(11.727)
Aplicações em moeda estrangeira (ii)	<u>35.020</u>	<u>-</u>
	<u>150.534</u>	<u>170.068</u>

Circulante
Não circulante
(i) A provisão para perdas em depósitos interfinanceiros refere-se a título adquirido de instituição financeira que se encontra, atualmente, em situação de falência.
(ii) Aplicação em moeda estrangeira com prazo fixo, vencimento superior a 90 dias relativamente à data de sua aquisição, não sendo, portanto, considerado como investimento equivalente de caixa.

Os prazos de vencimento das aplicações interfinanceiras estão apresentados a seguir:

	Vencido	Até 30 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
LFT	-	115.514	-	-	115.514
Aplicação em moeda estrangeira	-	-	35.020	-	35.020
CDI	10.585	-	-	-	10.585
Provisão para perdas	<u>(10.585)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.585)</u>
Total - 31/12/2017	<u>-</u>	<u>115.514</u>	<u>35.020</u>	<u>-</u>	<u>150.534</u>
Total - 31/12/2016	-	159.715	-	10.353	170.068

5 Títulos e valores mobiliários

(a) Composição da carteira

A carteira de títulos e valores mobiliários compõe-se dos títulos apresentados a seguir:

			2017			2016
	Quan-	Valor da	Valor de	Quan-	Valor da	Valor de
	tidade	curva	mercado	tidade	curva	mercado
Títulos livres						
Letras Financeiras do Tesouro	37.391	347.079	347.094	80.165	676.407	675.542
Notas do Tesouro Nacional	72.900	228.181	229.229	94.900	290.006	288.834
CDB	244.947.180	2.862	2.862	-	-	-
Debêntures	1.430	29.038	29.038	30	22.095	22.095
Provisão para debêntures (i)	-	-	(73)	-	-	(111)
Cotas de fundos						
Empresas emergentes (FIEE)	125	1.959	1.959	125	1.404	1.404
Participações (FIP)	16.214.774	20.529	20.529	15.344.237	12.906	12.906
Fundo de investimentos em renda fixa (FI)	8.275.088	42.405	42.405	8.275.088	20.112	20.112
Garantidor de investimentos (FGI)	874.836	1.522	1.522	874.836	1.300	1.300
Total de títulos livres	673.575	674.565	-	1.024.230	1.022.082	-
Títulos vinculados a prestação de garantias						
- Letras Financeiras do Tesouro (ii)	1.009	9.371	9.367	1.335	11.280	11.268
	-	<u>682.946</u>	<u>683.932</u>	-	<u>1.035.510</u>	<u>1.033.350</u>

Circulante
Não circulante
(i) A provisão para debêntures está fundamentada no risco de crédito do emissor e é apurada de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 uma vez que esses títulos se constituem em uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira (Vide Nota 5 (b) (ii)).
(ii) Esses títulos se referem a garantia de margem de diferencial a pagar de contrato de swap.

(b) Classificação dos títulos e valores mobiliários

Considerando a intenção e a capacidade financeira do Banco, os papéis da carteira de títulos e valores mobiliários estão classificados nas seguintes categorias, estabelecidas pela Circular Bacen nº 3.068/2001:

			2017			2016
	Valor da	Valor de	Valor da	Valor de		
	curva	mercado	curva	mercado		
Títulos disponíveis para venda (i)						
LFT	538.453	540.072	904.531	902.482		
De 181 a 360 dias	347.079	347.094	676.407	675.542		
Acima de 360 dias	147.587	147.524	-	-		
NTN	199.492	199.570	676.407	675.542		
De 91 a 180 dias	115.588	117.196	181.122	179.950		
De 181 a 360 dias	92.711	94.319	-	-		
Acima de 360 dias	22.877	22.877	181.122	179.950		
Cotas de fundos de investimentos	66.415	66.415	35.722	35.722		
Sem vencimento	66.415	66.415	35.722	35.722		
LFT vinculada a prestação de garantias	9.371	9.367	11.280	11.268		
De 91 a 180 dias	9.371	9.367	-	-		
Acima de 360 dias	-	-	11.280	11.268		
Títulos mantidos até o vencimento (ii)						
NTN	143.933	143.860	130.979	130.868		
De 181 a 360 dias	112.033	112.033	108.884	108.884		
Acima de 360 dias	46.513	46.513	-	-		
Debêntures (*)	65.520	65.520	108.884	108.884		
Até 30 dias	29.038	28.965	22.095	21.984		
De 31 a 60 dias	13.308	13.269	6.313	6.281		
De 61 a 90 dias	1.406	1.404	451	449		
De 91 a 180 dias	1.406	1.404	451	449		
De 181 a 360 dias	4.217	4.213	1.353	1.346		
Acima de 360 dias	5.114	5.105	2.705	2.692		
CDB	3.587	3.570	10.822	10.767		
De 181 a 360 dias	2.862	2.862	-	-		
	<u>2.862</u>	<u>2.862</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		
	<u>682.386</u>	<u>683.932</u>	<u>1.035.510</u>	<u>1.033.350</u>		

Circulante
Não circulante
(i) Títulos classificados na categoria disponíveis para venda.
A marcação a mercado dos títulos públicos do BDMG, classificados como disponíveis para venda, considera as cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA para o mercado secundário desses títulos.
(ii) Títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento.
Estão classificados nessa categoria, os seguintes títulos:
- Debêntures
São títulos adquiridos como modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo constituída provisão para o risco de crédito do emissor, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/1999.

	Quantidade	Data de vencimento	2017	2016
Janeiro/2015	30	22/12/2019	14.651	22.095
Setembro/2017	1.400	13/09/2018	14.387	-
			<u>29.038</u>	<u>22.095</u>
			<u>(73)</u>	<u>(111)</u>
			<u>28.965</u>	<u>21.984</u>

Provisão de risco de crédito
Total
- Notas do Tesouro Nacional
O Banco reclassificou, em 30 de junho de 2015, da categoria “disponível para venda” para a categoria “mantidos até o vencimento”, os seguintes títulos:

	Quantidade	Data de vencimento	2017	2016
NTN-B	15.000	15/08/2018	47.455	47.624
NTN-B	21.000	15/08/2022	72.534	72.105
			119.989	119.729
			<u>(7.956)</u>	<u>(10.845)</u>
			<u>112.033</u>	<u>108.884</u>

Na data da reclassificação, estava contabilizado como componente destacado no patrimônio líquido o montante de R\$ 15.178, referente aos ganhos não realizados e que, em decorrência da reclassificação, será apropriado no resultado até a data de vencimento dos títulos.

Até 31/12/2017 foi apropriado o montante de R\$ 7.223 sendo que no exercício de 2017 foi apropriada ao resultado a importância de R\$ 2.889 (2016 - R\$ 2.889) do valor destacado no patrimônio líquido acima referido.

(c) Os títulos e valores mobiliários estão distribuídos pelos seguintes prazos de vencimento:

	Sem	Até 30	De 31 a 60	De 61 a 90	De 91 a 180	De 181 a 360	Após 360	Total
	vencimento	dias	dias	dias	dias	dias	dias	
Títulos Públicos Federais	-	-	-	-	-	297.723	287.967	585.690
CDB	-	-	-	-	-	2.862	-	2.862
Debêntures	-	13.269	1.404	1.404	4.213	5.105	3.570	28.965
Cotas de fundos de investimento	66.415	-	-	-	-	-	-	66.415
Total - 31/12/2017	<u>66.415</u>	<u>13.269</u>	<u>1.404</u>	<u>1.404</u>	<u>4.213</u>	<u>305.690</u>	<u>291.537</u>	<u>683.932</u>
Total - 31/12/2016	35.722	6.281	449	449	1.346	2.692	986.411	1.033.350

(d) Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários

Os valores contabilizados na conta do patrimônio líquido “Ajustes de avaliação patrimonial” que se referem aos ajustes dos títulos do Banco classificados como disponíveis para a venda, apresentaram, no período, a seguinte movimentação:

	Ganhos (perdas) não realizados	Efeitos tributários	Ajuste a valor de mercado
Saldo em 2016	(12.855)	5.600	(7.255)
Ajuste no período	5.999	(2.773)	3.226
Saldo em 2017	(6.856)	2.827	(4.029)

6 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco, em decorrência da captação de recursos externos contratados a partir do segundo semestre de 2013, procura se proteger dos riscos das exposições de variação de moedas estrangeiras e das taxas de juros internacionais estabelecidas nos contratos. Para as operações em que os riscos não são transferidos aos clientes, o Banco vem contratando instrumentos financeiros derivativos da modalidade swap para se proteger dos riscos inerentes àquelas captações. São necessárias, para essas contratações, observar os normativos vigentes referentes à política de controle de riscos, o estabelecimento de estratégias de proteção, a determinação de limites e as formas de acompanhamento das operações no Banco.

Os derivativos contratados pelo Banco, todos com a finalidade de hedge das captações externas, são realizados nas condições estabelecidas na Circular Bacen nº 3.082/2001. Os registros contábeis das operações de captação externa (objetos de hedge) e dos instrumentos financeiros derivativos (instrumentos de hedge) são realizados com base em seu valor de mercado. Dessa forma, a variação no item objeto de hedge é compensada pela variação no instrumento de hedge, considerando o efeito acumulado da operação. Esse procedimento contábil, conhecido como hedge accounting, somente pode ser adotado quando se verificam as seguintes condições: (i) existe identificação documental do risco objeto de hedge com informações detalhadas sobre a operação e; (ii) a efetividade do hedge em percentual permanece dentro do intervalo estabelecido na referida Circular.

A metodologia adotada pelo Banco, para a apuração do valor de mercado das pontas ativas e passivas dos swaps contabilizados pelo procedimento de hedge accounting, se baseia na utilização de ponderadores que são calculados na data da contratação e que igualam, naquela data, o valor de mercado e o valor da curva das operações. A utilização de ponderadores tem o objetivo de mitigar a distorção do spread de risco de crédito na apuração do valor de mercado.

O BDMG realiza o teste de efetividade no início da operação, teste prospectivo inicial da estrutura de hedge, e avalia periodicamente a efetividade por meio de testes prospectivos e retrospectivos, por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras, semestrais e anuais, por

Continuação													
BDMG BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG CNPJ 38.486.817/0001-94													
MINAS GERAIS DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO													
Operações de crédito				Valor total	Provisão	Valor líquido							
Créditos equiparados a operações de crédito				6.035.368	(775.980)	5.259.388							
Total - 31/12/2017				18.759	(112)	18.647							
Total - 31/12/2016				6.054.127	(776.092)	5.278.035							
Em 31 de dezembro de 2017, do saldo total de R\$ 6.054.127 (2016 - R\$ 5.963.803) das operações de crédito, o montante de R\$ 1.925.333 (2016 - R\$ 1.788.769) foi concedido com recursos próprios e R\$ 4.128.794 (2016 - R\$ 4.175.034), originalmente, com recursos de repasses recebidos de outras instituições financeiras.				5.963.803	(317.249)	5.646.554							
O saldo contábil das operações de crédito renegociadas na posição de 31 de dezembro de 2017 totaliza R\$ 1.376.227 (2016 - R\$ 818.732).													
(a) Classificação por produto e por setor de atividade													
Empréstimos				2017	2016								
Indústria				1.362.275	1.276.627								
Comércio				789.137	756.846								
Outros serviços				285.237	298.552								
Financiamentos ao setor privado				287.901	221.229								
Indústria				3.933.224	3.858.338								
Comércio				1.738.435	1.854.428								
Outros serviços				212.183	222.729								
Rural e agroindustrial				1.058.637	991.863								
Intermediários financeiros				916.847	774.790								
Pessoas físicas				2.199	8.287								
Financiamentos ao setor público (Administrações direta e indireta municipais)				4.923	6.241								
Créditos equiparados a operação de créditos				739.869	827.420								
Subtotal				18.759	1.418								
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa				6.054.127	5.963.803								
Circulante				(776.092)	(317.249)								
Não circulante				5.278.035	5.646.554								
(b) Classificação por prazo e níveis de risco				1.627.411	1.371.268								
				3.650.624	4.275.286								
				2017	2016								
Nível de risco:													
				Vencidas (em dias)	A vencer (em dias)								
				A	De	De	Acima de						
				partir de 15	360	1.080	1.800	5.400	5.400				
				Até 14	Até 90	De 91 a 360	De 361 a 1.080	1.081 a 1.800	1.801 a 5.400				
AA	2.195.970	-	-	125.455	358.833	802.306	445.756	443.191	20.429				
A	662.848	-	-	61.508	145.699	250.107	88.075	117.459	-				
B	1.081.213	27.828	241	100.284	244.940	343.948	162.248	201.724	-				
C	865.015	30.774	376	81.258	210.635	330.547	130.081	81.344	-				
D	321.190	46.230	169	23.973	73.558	115.939	23.897	37.424	-				
E	260.090	105.620	32	11.759	23.857	55.942	28.092	34.788	-				
F	52.384	19.404	8	1.121	3.925	9.837	9.123	8.611	355				
G	64.441	33.998	42	1.079	9.507	8.896	6.835	4.084	-				
H	550.976	321.522	17.817	5.224	13.559	25.925	19.708	22.317	124.904				
	6.054.127	585.376	18.685	411.661	1.084.513	1.943.447	913.815	950.942	145.688				
									5.963.803				
(c) Classificação por níveis de risco e provisão													
				2017	2016								
				Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Provisão para créditos de liquidação duvidosa								
				Carteira	Carteira								
Nível de risco:													
AA	2.195.970	-	-	1.982.240	(46.730)								
A	662.848	-	-	998.977	(4.996)								
B	1.081.212	-	-	1.278.229	(12.782)								
C	865.014	-	-	1.041.914	(31.257)								
D	321.189	-	-	259.584	(25.958)								
E	260.090	-	-	278.142	(83.443)								
F	52.384	-	-	16.621	(8.311)								
G	64.443	-	-	14.411	(10.087)								
H	550.977	-	-	93.685	(93.685)								
	6.054.127	-	-	5.963.803	(317.249)								
(d) Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa													
				2017	2016								
Saldo inicial				317.249	389.122								
Constituição de provisão, líquida de reversões				559.597	172.806								
Baixas de créditos como prejuízo				(100.754)	(244.679)								
Saldo final				776.092	317.249								
O montante da provisão para operações de crédito constituída em 2017 decorreu, principalmente, de financiamentos concedidos anteriormente a 2015, concentrados em reduzido grupo de clientes. A atual metodologia de classificação de riscos ocasionou o provisionamento de grande parte daqueles ativos, neste exercício.													
(e) Cessões de crédito													
O saldo das operações cedidas com coobrigação, registrado em contas de compensação, conforme valores demonstrados abaixo, refere-se a operações cedidas até 31 de dezembro de 2011 (anterior à Resolução CMN nº 3.533/2008):				2017	2016								
Cessão anterior à Resolução CMN nº 3.533/2008:													
Coobrigações a liquidar				23.027	24.486								
Operações liquidadas a repassar				342	612								
				23.369	25.098								
8 Outros créditos													
				2017	2016								
Créditos tributários (a)				548.284	388.265								
Devedores por depósitos em garantia (b)				123.842	117.418								
Títulos e créditos a receber (c)				11.965	12.127								
Devedores diversos - país (d)				7.852	13.948								
Rendas a receber (e)				4.184	3.769								
Outros				22.663	4.978								
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (f)				(12.414)	(12.309)								
				706.376	528.196								
Circulante				168.220	204.491								
Não circulante				538.156	323.705								
(a) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram constituídos e registrados conforme demonstrado na Nota 19 (a).													
(b) O saldo de devedores por depósito em garantia compreende os depósitos relacionados a questionamentos judiciais, sobretudo de natureza fiscal e tributária apresentados na Nota 13 (a), em que consta a vinculação dos depósitos judiciais com os respectivos questionamentos judiciais.													
(c) O saldo de títulos e créditos a receber corresponde, principalmente, a remunerações no montante de R\$ 11.119 (2016 - R\$ 11.119) decorrentes das renegociações amparadas em leis relativas às operações de crédito rural financiadas com recursos oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e que se encontram provisionadas conforme detalhado na Nota 8 (f) e remuneração do Fundo de Defesa da Economia Cafeteira (Funcafé) no valor de R\$ 846 (2016 - R\$ 1.007).													
(d) O saldo de devedores diversos é constituído, principalmente, pelo valor de R\$ 7.757 (2016 - R\$ 1.319) referente a bônus de adimplência concedido pelo Banco aos clientes de operações rurais renegociadas conforme disposições da Lei 9.138/1995 e suas atualizações.													
(e) O saldo de rendas a receber decorre, substancialmente, de remuneração por serviços prestados, mediante comissões sobre as operações de crédito realizadas com recursos dos fundos de desenvolvimento administrados pelo BDMG, líquida das respectivas provisões: R\$ 3.478 (2016 - R\$ 3.208). O vencimento da remuneração ocorre por ocasião dos vencimentos das parcelas contratadas e a provisão é constituída sobre os valores registrados, com base no percentual referente ao nível de risco em que está classificada a operação da qual a remuneração se originou. Essa classificação de risco decorre de política adotada pelo Banco de estender às operações financiadas com recursos dos fundos administrados, os mesmos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999 para as operações de crédito da carteira própria do BDMG.													
(f) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 12.414 (2016 - R\$ 12.309), refere-se, principalmente, a créditos sem característica de operações de créditos constituídos por valores que deverão ser devolvidos pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN e que foram provisionados com fundamento na incerteza quanto ao prazo de sua realização.													
9 Outros valores e bens													
				2017	2016								
Bens não de uso próprio				56.993	57.415								
Participações societárias				6	6								
Outros				230	211								
Subtotal				57.229	57.632								
Provisão para bens não de uso próprio				(2.820)	(2.631)								
				54.409	55.001								
Circulante				230	211								
Não circulante				54.179	54.790								
10 Permanente													
(a) Investimentos				2017	2016								
BDMGTEC Participações S.A. (i)				31.883	84.315								
Outros													

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG
CNPJ 38.486.817/0001-94



Continuação



BANCO DE DESENVOLVIMENTO
DE MINAS GERAIS

BA

(a) Fiscais e previdenciárias

Provisão para impostos e contribuições diferidos

Provisão para impostos e contribuições

Impostos e contribuições a recolher

Circulante

Não circulante

(b) Diversas

Provisão para obrigações fiscais (i) e (ii)

Provisão para outras obrigações (iii)

Provisão para pagamentos a efetuar (iv)

Passivos atuariais (v)

Dotação para aumento de capital (vi)

Credores diversos - Pais (vii)

Circulante

Não circulante

(i) A provisão para obrigações fiscais refere-se aos passivos relacionados a tributos, abrangendo as ações judiciais e os processos de natureza administrativa em andamento junto a Secretaria de Receita Federal do Brasil, que são atualizados mensalmente pela taxa SELIC. Na projeção de resultados do BDMG a expectativa de realização dos créditos tributários correspondentes a essa provisão considera a sua distribuição em um período de 10 anos.

A provisão para obrigações fiscais teve, no período, a seguinte movimentação:

	2017	2016
Provisão para impostos e contribuições diferidos	12.415	12.627
Provisão para impostos e contribuições	25.381	27.941
Impostos e contribuições a recolher	6.338	7.092
	44.134	47.660
Circulante	36.425	38.517
Não circulante	7.709	9.143
Provisão para obrigações fiscais (i) e (ii)	181.417	187.886
Provisão para outras obrigações (iii)	52.764	75.197
Provisão para pagamentos a efetuar (iv)	13.405	16.432
Passivos atuariais (v)	278.652	282.703
Dotação para aumento de capital (vi)	43	49
Credores diversos - Pais (vii)	25.268	5.433
	551.549	567.700
Circulante	65.429	57.760
Não circulante	486.120	509.940

(ii) Para garantir as causas fiscais acima mencionadas, o Banco possui depósitos judiciais no valor de R\$ 119.953 (2016 - R\$ 114.122), contabilizados dentro do saldo de R\$ 123.842 (2016 - R\$ 117.418) da conta "Outros créditos - Devedores por Depósitos em Garantia" (Nota 8 (b)).

No quadro a seguir, estão apresentados os depósitos judiciais das causas fiscais em andamento:

	2016	Provisão	Atualização	Reversão/ baixa	2017
Alteração da base de cálculo da COFINS - Lei nº 9.718/1998	122.796	-	7.524	(15.030)	115.290
Alteração da base de cálculo do PIS/PASEP - Lei nº. 9.718/1998	58.002	-	2.903	-	60.905
Imunidade tributária quanto ao FINSOCIAL no período de dezembro de 1986 a março de 1990	5.023	-	149	-	5.172
Outras contingências e obrigações legais	2.065	-	48	(2.063)	50
	187.886	-	10.624	(17.093)	181.417

Nos processos judiciais relativos à COFINS e ao PIS/PASEP, o BDMG busca a suspensão das exigibilidades dessas contribuições, nos termos editados pela Lei nº 9.718/1998 que, além de instituir a COFINS para as instituições financeiras, ampliou a base de cálculo para a contribuição do PIS/PASEP ao estabelecer que o faturamento abrangesse a receita bruta operacional e não operacional. Em razão de decisões no curso do processo, o Banco efetuou depósito judicial, até a competência 12/2014, para cobertura das contribuições de COFINS sobre as receitas de serviços. A partir de 01/2015, com a entrada em vigor das alterações introduzidas pela Lei 12.973/2014, os recolhimentos do PIS/PASEP e da COFINS sobre todas as suas receitas passaram a ser efetuados normalmente.

As provisões fiscais e previdenciárias constituídas pelo Banco estão em consonância com a Circular BACEN nº 3.429/2010 que determina o reconhecimento no passivo das instituições financeiras das obrigações tributárias para as quais se discute, judicialmente, a constitucionalidade das leis que as instituíram, até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes.

Os processos contingentes de ações fiscais e tributárias com valor relevante, avaliados com risco de perda possível e, portanto, não provisionados (Vide Nota 2.14), são os seguintes:

- Auto de infração lavrado pela Secretaria de Receita Federal referente a compensação crédito de base negativa de IRPJ relativo Ano-Calendarário 2003 (DIJP 2004). Até dezembro de 2016, o processo estava avaliado como perda remota, porém em decorrência de decisão dos membros do CARF em converter, por unanimidade, o julgamento em diligência, a avaliação de risco de perda, em junho de 2017, foi reclassificada para risco possível. O valor atualizado do auto é de R\$ 7.607 (2016 - R\$ 0).
- Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal em julho de 2010, relativo à divergência de apuração de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido no período de 2005 a 2007. O valor atualizado do auto é de R\$ 9.849 (2016 - R\$ 9.345).
- Auto de infração lavrado pela Secretaria de Receita Federal referente a exclusões efetuadas pelo Banco na base de cálculo do IRPJ referente a fatos geradores dos anos de 1997 e 1998. Até dezembro de 2016, o processo estava avaliado como perda remota, porém em decorrência dos recursos interpostos pelo Banco terem sido negados conforme acordo do CARF, a avaliação de risco de perda foi reclassificada para possível. O valor atualizado do auto é de R\$ 57.680 (2016 - R\$ 0)

(iii) Provisão para outras obrigações

A provisão para outras obrigações tem a composição apresentada a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no período:

	2016	Provisões registradas	Atualizações	(Baixas)	2017
Encargos sobre depósito compulsório no Banco Central (a)	41.065	-	5.801	(46.866)	-
Coobrigação assumida em operações de crédito cedidas à STN	4.360	587	-	(796)	4.151
Ações de natureza cível	7.217	376	-	(557)	7.036
Ações de natureza trabalhista	7.079	6.841	-	(1.642)	12.278
Honorários advocatícios	6.689	1.173	23	-	7.885
Fianças prestadas (b)	8.287	15.284	-	(2.657)	21.414
	75.197	24.261	5.824	(52.518)	52.764

O Banco possui, registrada na conta Outros Créditos - Devedores por depósitos em garantia, a importância de R\$ 1.914 (2016 - R\$ 1.512) referente a depósitos para interposições de recursos associados às causas trabalhistas e R\$ 1.973 (2016 - R\$ 1.783) para cobertura de risco com ações de natureza cível.

As contingências trabalhistas e cíveis cujas perdas para o Banco foram classificadas como possíveis, e para as quais não há provisão totalizam, em 31 de dezembro de 2017, respectivamente, R\$ 2.970 (2016 - R\$ 712) e R\$ 278 (2016 - R\$ 990).

(a) O Banco aderiu ao Programa de Regularização de Débitos Não Tributários-PDR, previsto na MP 780/2017, regulamentado pela Portaria PG Bacen 94.301/2017, visando a quitação do débito, cujo mérito vinha sendo discutido judicialmente desde 04/09/2001, relativo a obrigação contabilizada como encargos sobre depósito compulsório no Banco Central. O requerimento da adesão, evidenciando o cumprimento de todos os requisitos previstos na Portaria nº 94.301/2017, foi encaminhado ao Banco Central em 30 de agosto de 2017, data em que foi efetuada a baixa da provisão de contingência e reconhecida, como obrigação junto ao Banco Central, a importância de R\$15.718 referente ao parcelamento nos termos do PDR. Em 29/09/2017 o Banco Central deferiu a adesão requerida pelo BDMG.

(b) A provisão para Fianças prestadas decorre de revisão de risco, nos termos da Resolução nº 2.682/1999, sobre o saldo de fianças prestadas pelo Banco.

(iv) Provisão para pagamentos a efetuar

A provisão para pagamentos a efetuar decorre dos seguintes compromissos:

	2017	2016
Férias, 13º salário e outros encargos	12.862	13.060
Participação dos empregados no resultado do exercício (PLR)	9	2.576
Outros	534	796
	13.405	16.432

(v) Passivos atuariais

O saldo da provisão de passivos atuariais, detalhados na Nota 24, refere-se aos seguintes benefícios patrocinados pelo Banco:

	2017	2016
Passivo atuarial relativo ao Plano de Previdência	146.287	134.401
Passivo atuarial relativo ao Programa de Promoção à Saúde (PRO - SAÚDE), plano de assistência médica e odontológica	116.233	132.457
Passivo atuarial relativo ao seguro de vida	16.132	15.845
	278.652	282.703

(vi) O saldo da rubrica "Dotação para aumento de capital" refere-se ao percentual sobre retornos dos financiamentos contratados com o Fundo Estadual FUNDESE, para aumento do capital social aplicável ao programa CREDPOP, nos termos da Lei Estadual nº 13.667/2000.

(vii) O saldo de Credores diversos - Pais decorre, principalmente, de: saldo a pagar ao Banco Central em decorrência da adesão ao PDR mencionado na nota 14.a (iii-a) R\$ 16.292 (2016 - R\$ 0); créditos de clientes a compensar-R\$ 3.838 (2016 - R\$ 3.306); e, valores a repassar ao Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI) R\$ 961 (2016 - R\$ 0).

(c) Sociais e estatutárias

A importância de R\$ 434 refere-se ao saldo residual de dividendos do exercício de 2016 ainda não pagos aos acionistas.

(d) Fundos financeiros e de desenvolvimento

O montante de R\$ 64.856 (2016 - R\$ 70.146) refere-se, substancialmente, a recursos de fundos administrados pelo BDMG (fundos privados e fundos vinculados a órgãos oficiais), recebidos de clientes e ainda não transferidos aos fundos.

14 Resultado de exercícios futuros

O saldo de R\$ 11.534 (2016 - R\$ 12.406) refere-se ao valor líquido de impostos das comissões sobre operações de crédito, recebidas antecipadamente, e que são apropriadas de acordo com a fluência dos prazos estipulados nos contratos.

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito do BDMG, representado por 64.242.827.562 (2016 - 60.854.432.385) ações

ordinárias nominativas e sem valor nominal, é de R\$ 1.906.151 (2016 - R\$ 1.894.396).

No exercício de 2017 o capital do Banco teve as seguintes alterações:

- aumento do capital aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2017, no total de R\$ 11.755, sendo R\$ R\$ 10.814 mediante utilização do lucro remanescente do exercício de 2016 (reserva especial de lucros) e o restante R\$ 941, subscrito e integralizado pelos acionistas;
- integralização de R\$ 36.536 pelo acionista Estado de Minas Gerais, referente ao aumento do capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de agosto de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017, são acionistas do Banco: o Estado de Minas Gerais que detém o controle do Banco, com 89,72% do capital social; a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG, com 9,32% e que se tornou acionista a partir do último trimestre de 2012; a MGI - Minas Gerais Participações, com 0,95%, que se tornou acionista a partir de junho de 2017, mediante aquisição de parte das ações da CODEMIG e, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais/ DER-MG que é acionista desde 1990, quando o Banco se transformou de autarquia em sociedade anônima, com participação de 0,01%.

(b) Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da reserva de lucros, no total de R\$ 18.865, era composto pela reserva especial de lucro no valor de R\$ 10.814 e reserva legal no valor de R\$ 8.051. A reserva especial de lucros, conforme relatado na Nota 15 (a), foi destinada a aumento de capital e o saldo da reserva legal foi utilizado para absorver parte do prejuízo gerado no exercício de 2017.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

	2017	2016
Ajuste ao valor de mercado (i)	(4.069)	(7.295)
Outros ajustes de avaliação patrimonial (ii)	(103.301)	(146.429)
Total	(107.370)	(153.724)
(i) O ajuste ao valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, refere-se ao ajuste dos títulos classificados na categoria títulos disponíveis para venda.		
(ii) Outros ajustes referem-se ao reconhecimento dos custos inerentes à obrigação do Banco com os benefícios a empregados e que, por determinação do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, com vigência a partir de janeiro de 2013, devem ser ajustados ao patrimônio, líquido de efeitos tributários.		
(d) Lucros / (prejuízos) acumulados		
O prejuízo de R\$ 177.531 apurado no exercício de 2017 (2016 - lucro de R\$ 11.063) decorreu, principalmente, dos efeitos no resultado do Banco das provisões constituídas sobre as operações de crédito no montante de R\$ 559.597 e de perda no valor recuperável das aplicações efetuadas pela BDMGTEC, no montante de R\$ 57.028, que se refletiram no Banco em decorrência da aplicação do método de equivalência patrimonial considerado para este investimento.		
(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio		
Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.		
Para a remuneração do capital aos seus acionistas, o BDMG adota como prática distribuir dividendos ou pagar juros sobre capital próprio condizente com o resultado apurado no exercício.		

16 Gerenciamento de Capital

O BDMG, em atendimento às determinações da Resolução CMN nº 3.988/2011, editou os normativos internos, Resolução nº 213 e Instrução nº 239, que definem a política e a estrutura necessárias ao gerenciamento do capital do Banco. Esses normativos traçam diretrizes visando assegurar que o capital, sem deixar de atender os requerimentos regulatórios estabelecidos, mantenha-se em níveis adequados de forma a possibilitar que o Banco, mesmo em diferentes cenários, consiga realizar as metas constantes de seu planejamento estratégico.

Os cenários considerados levam em conta as possíveis mudanças nas condições de mercado, as diferentes atividades operacionais e administrativas do Banco, o ambiente econômico no qual está inserido e os riscos aos quais está exposto.

O Banco, em observância aos normativos supracitados e considerando as definições para o planejamento estratégico, as premissas para os cenários propostos e as projeções de resultados, elaborou o plano de capital para o período de 2018 a 2020. O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital do BDMG pode ser consultado no seguinte endereço: <http://www.bdmg.mg.gov.br/Transparencia/Paginas/demonstracao-financeira.aspx>.

A estrutura de gerenciamento de capital engloba o Diretor designado como responsável pelo gerenciamento de capital e o Comitê de Riscos e Capital além das seguintes unidades da instituição: Gerência Geral de Controladoria, responsável pela elaboração do plano de capital e cálculo da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito e operacional e consolidação das informações referentes aos indicadores e requerimentos mínimos de capital; Gerência Geral de Riscos, responsável por realizar o cálculo da necessidade de capital para cobertura dos riscos de mercado e realizar testes de estresse para as parcelas de risco de mercado; Gerência Geral de Planejamento, responsável por descrever a estratégia da instituição; Gerência Geral de Administração Financeira, responsável pelas informações relevantes sobre as fontes de capital e Auditoria Geral, que deve avaliar periodicamente o processo de gerenciamento de capital da instituição.

O Diretor responsável pelo gerenciamento de capital responde pelos procedimentos e controles relativos ao gerenciamento de capital e integra o Comitê de Riscos e Capital. Este Comitê é responsável pela avaliação das principais premissas que podem impactar o plano de capital e pela proposição de alterações com o objetivo de alcançar os níveis desejáveis de capital mínimo e respectivos indicadores.

17 Capital regulamentar		
As regras de mensuração do capital regulamentar determinam a obrigatoriedade das instituições financeiras em manter patrimônio compatível com o grau de risco de seus ativos, de acordo com fatores de ponderação de exposições, mitigadores de risco e fatores de conversão em crédito.		
A Resolução CMN nº 4.192/2013, juntamente com um novo conjunto normativo, regulamentou no Brasil a partir de 01/10/2013 as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Brasília relativa à estrutura de capital de instituições financeiras conhecidas por Brasília III. O novo arcabouço apresentou a metodologia de apuração do capital regulamentar e de apuração da exigência de manutenção do capital com requerimentos mínimos de PR, PR de nível I e de capital principal.		
A apuração do patrimônio de referência e o cálculo dos índices de capital do Banco estão demonstrados a seguir:		
	2017	2016
Patrimônio líquido	1.629.301	1.709.537
Patrimônio de referência nível I (PR nível I) ou Capital principal (CP) - (a)	1.609.749	1.704.325
Capital destacado para operações com o setor público - (b)	700.000	700.000
Patrimônio de referência (PR) - (a-b)	909.749	1.004.325
Total dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	6.419.312	6.768.722
Risco de crédito (RWAcapd)	5.520.046	5.762.076
Risco de mercado (RWAmcapd)	235.435	569.890
Risco operacional (RWAopad)	663.831	436.756
Parcela de capital para cobertura do risco de taxa de juros da carteira não negociável (RWA Rban)	14.853	30.020
Patrimônio de referência mínimo	769.123	783.041
Índice de Brasília (PR/RWA)	14,17%	14,84%
Índice de Brasília amplo (PR/(RWA + RWA Rban))	13,83%	14,20%

18 Contas de resultado		
(a) Receitas de operações de crédito		
	2017	2016
	2º semestre	Exercício
Rendas de empréstimos e financiamentos	301.753	623.223
Créditos recuperados	161.049	173.873
	462.800	797.096
	721.853	

(b) Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e despesas de intermediação financeira.		
Estão apresentados a seguir: Itens (i) e (ii) - resultado bruto da intermediação financeira conforme consta na demonstração de resultado.		
(i) Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		
	2017	2016
	2º semestre	Exercício
Rendas com títulos de renda fixa	25.911	70.254
Rendas de aplicações em operações compromissadas	15.790	22.570
Rendas(perdas) em aplicações em fundos de investimento	3.355	7.368
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	164	766
Resultado com operações de swap	(3.870)	(18.058)
Outros	1.142	1.142
	42.492	84.042
	723.455	

(ii) Despesas de intermediação financeira		
	2017	2016
	2º semestre	Exercício
Despesas de letras financeiras	(9.964)	(30.264)
Despesas de letras de crédito do agronegócio	(8.146)	(10.690)
Despesas de repasses BNDES e FNAME	(119.613)	(255.618)
Despesas de repasses - Outras Instituições	(10.812)	(18.806)
Despesas de empréstimos no exterior	(21.917)	(55.233)
Despesas de depósitos interfinanceiros e operações compromissadas	(1.541)	(1.569)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(310)	(310)
	(172.303)	(372.490)
	(442.254)	

(c) Despesas administrativas, despesas tributárias, outras receitas (despesas) operacionais		
(i) Outras despesas administrativas		
	2017	2016
	2º semestre	Exercício
Serviços de terceiros e técnicos especializados	(6.646)	(11.811)
Despesas com publicidade e comunicações	(6.628)	(8.393)
Despesas de processamento de dados	(1.963)	(3.700)
Depreciação e amortização	(2.643)	(5.145)
Despesas de manutenção e materiais	(1.417)	(2.772)
Despesas de viagens e transporte	(1.243)	(2.035)
Despesas de alugueis e infraestrutura	(559)	(1.175)
Outras	(2.701)	(5.373)
	(23.800)	(40.404)
	(35.475)	

(ii) Despesas tributárias		
	2017	2016
	2º semestre	Exercício
PIS e COFINS	(8.970)	(17.885)
ISSQN	(741)	(1.581)
Outras	(4)	(639)
	(9.715)	(20.105)
	(22.870)	

(iii) Outras receitas operacionais		
	2017	2016
	2º semestre	Exercício
Rendas de variação cambial (i)	-	-
Reversão de provisões diversas	39.423	44.555
Receita de ajuste valor de mercado do objeto de hedge	3.647	8.992
Receita de equivalência patrimonial	-	-
Outras	3.378	4.656
	46.448	58.203
	203.885	

(i) As rendas de variação cambial em 2016 decorreram, principalmente, da variação cambial sobre as operações de empréstimos e repasses no exterior.

(iv) Outras despesas operacionais

	2017	2016
	2º semestre	Exercício
Provisões para coobrigações em operações rurais	(36)	(481)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(13.377)	(19.039)
Despesa do convênio - INDI	(4.584)	(9.021)
Benefício pós-emprego - previdência	(4.928)	(10.351)
Benefícios pós-emprego - plano de saúde e seguro de vida	(6.818)	(13.464)
Outros benefícios de longo prazo	(147)	(280)
Despesa de convênio BDMG Cultural	(1.403)	(2.042)
Variação cambial	-	(20.678)
Despesa com bônus e desconto sobre operações de crédito	(3.826)	(7.098)
Despesas com descontos concedidos s/ renegociações	(5.982)	(7.430)
Despesas com fianças prestadas	(7)	(15.253)
Taxas/Comissões Empréstimos Exterior	(6)	(69)
Outras	(3.796)	(6.563)
	(44.910)	(91.091)

BDMG

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG

CNPJ 38.486.817/0001-94

MINAS GERAIS

DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO

2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Seguro de vida em Grupo

Total

-BD

SAÚDE

(1.016.272)

(155.096)

(15.845)

(1.187.213)

835.827

22.639

858.466

(180.445)

(132.457)

(15.845)

(328.747)

Obrigação com benefício definido

(72.435)

(72.435)

Parcela do Patrocinador com equacionamento déficit 2015

(15.922)

(15.922)

Parcela do Patrocinador no superávit/déficit (Passivo) líquido registrado em 31/12/2016 (i)

(46.044)

(46.044)

(134.401)

(132.457)

(15.845)

(282.703)

(ii) Alocação do valor justo dos ativos do plano

Os ativos dos planos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão alocados por categoria de ativos a seguir:

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

32,65%

51,33%

68,76%

3,90%

53,77%

3,45%

16,15%

0,00%

0,00%

6,22%

3,73%

4,38%

4,52%

1,24%

1,52%

4,65%

0,00%

6,33%

5,16%

12,67%

18,85%

9,05%

13,58%

11,44%

15,09%

31/12/2017

31/12/2016

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

Plano de Benefícios Previdenciários

Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE

-BD

SAÚDE

-BD

SAÚDE

51,57%

3

SIDERÚRGICA VALINHO S.A.
CNPJ nº 20.144.085/0001-99
AVISO AOS ACIONISTAS
Informamos que se encontram à disposição dos senhores Acionistas da **SIDERÚRGICA VALINHO S.A.**, na sede social da Companhia na Rua dos Inconfidentes, 1.075, Sala 501, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte/MG, os documentos referidos no artigo 133 da Lei 6404, de 15/12/1976, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Belo Horizonte, 16 de Março de 2018.
Geraldo Corrêa Filho - Diretor Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam os Srs. proprietários ou seus representantes legais convocados para a **Assembleia Geral do Ed. Privilege Residence**, situado à Rua Desembargador José Satyro, 255, a realizar-se no dia **29 de Março de 2018**, quinta-feira, às 19:00h, em primeira chamada, com 2/3 dos condôminos, ou às 19:30h em segunda chamada, com qualquer número de presentes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: 1) Prestação de contas. 2) Eleição síndico, subsíndico e conselho consultivo. 3) Reforma das portarias dos blocos 2 e 3. Local: Salão de festas. Belo Horizonte, 12 de Março de 2018. Viviane Cunha Santos França Matos, Síndico (a). privilegecastelo@gmail.com.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG
AVISO DE INTENÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG torna público o interesse em aderir à Ata de Registro de Preços nº 001/2018 (P. P. SRP nº 003/2018) do CIMAMS, para Prestação de Serviços de Transporte Escolar na zona rural e urbana, através do menor preço por quilometragem diária. Fornecedor: LEAPHAR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA-ME. São João da Ponte, 08 de Março de 2018.
Rafaela Rosana Pereira
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG torna público o Processo Licitatório nº 023/2018 Pregão Presencial SRP nº 012/2018. Contratação de empresa para aquisição de medicamentos para atender a Secretaria Municipal de Saúde. **Abertura: 05/04/2018 às 08h00min.** Edital disponível no site: www.saojoaodaponte.mg.gov.br, no email psaojoaodapontelicitacao@gmail.com.
São João da Ponte, 19 de Março de 2018.
Daniela Mendes Soares - Pregoeira

RESULTADO DA CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 006/2017
A Comissão Especial de Licitação da SETOP-MG torna público que, conforme observado o prazo legal, não tendo recebido recurso ante o resultado da HABILITAÇÃO (FASE 4) da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., a mesma é declarada vencedora da Concorrência Internacional Nº 006/2017. A Comissão Especial de Licitação. Belo Horizonte, 19 de março de 2018.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM FELÍCIO/MG
A P.M. Joaquim Felício torna público que fará realizar no dia 02/04/2018, às 14:00 hrs, o Prc Licitatório nº. 023/2018, Pregão Presencial nº. 008/2018, para registro de preços para futura e eventual aquisição de fraldas descartáveis. O edital completo está disponível à Av. Getúlio Vargas, 135 - Centro - nesta cidade. Eliana Colen Pimenta de Abuabara - Prefeita Municipal.

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 006/2017

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS, no uso de suas atribuições, HOMOLOGA a CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 006/2017, licitação para exploração do LOTE de Rodovias composto por trechos das rodovias BR-135; MG-231 e LMG-754, e ADJUDICA o objeto à EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., CNPJ/MF nº 08.873.873/0001-10, no valor estimado de contratação de R\$ 2.057.364.042,86 (dois bilhões, cinquenta e sete milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos). Belo Horizonte, 20 de março de 2018. Murilo de Campos Valadares – Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS/MG
A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG. Torna público a realização de Processo nº 024/2018 – **Tomada de Preços nº. 002/2018** – Objeto: Contratação de empresa para Execução de Obra de Pavimentação Asfáltica em CBUQ na Rua Acre, conforme Convênio nº 1491001346/2016/SEGOV/PADEM e especificações do Edital. Cadastromento: Até 3 dias antes da Abertura/Julgamento. Abertura/Julgamento: Dia 05/04/2018, às 10h30min. Maiores informações diretamente na sede da prefeitura ou pelo telef. (38) 3675-1121 ou pelo email bonfinopolismg@yahoo.com.br. Bonfinópolis de Minas-MG, 19/03/2018. **Nádylla Aparecida Silva e Souza** – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS/MG
A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG Torna público a realização de Processo nº 023/2018 – **Tomada de Preços nº. 001/2018** – Objeto: Contratação de empresa para Execução de Obra de Pavimentação Asfáltica em CBUQ nas Ruas Belo Horizonte e Severiano Marra, conforme Convênio nº 1491000451/2016/SEGOV e especificações do Edital. Cadastromento: Até 3 dias antes da Abertura/Julgamento. Abertura/Julgamento: Dia 05/04/2018, às 08h00min. maiores informações diretamente na sede da prefeitura ou pelo telef. (38) 3675-1121 ou pelo email bonfinopolismg@yahoo.com.br. Bonfinópolis de Minas-MG, 19/03/2018. **Nádylla Aparecida Silva e Souza** – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

STETIK GROUP PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ/MF nº 13.370.301/0001-59 - NIRE 313.001.0709-4 - **Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária** - Em face do não atingimento do quórum de instalação em 1ª convocação para realização de Assembleia Geral Extraordinária designada para o dia 15 de março de 2018, às 10:00, na sede da **Stetik Group Participações S/A** ("Companhia"), ficam convocados os Senhores Acionistas da Companhia, em 2ª convocação, e na forma prevista no Art. 124 da Lei n. 6.404/1976, a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 23 de março de 2018, às 10:00, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Tomé de Souza, n. 273, 3º andar, parte, bairro Funcionários, CEP 30.140-130, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: (i) aumento do capital social da Companhia para subseqüente aporte em empresa controlada para fins de recomposição de capital de giro; e (ii) alterar a remuneração global e individual da Diretoria. Todos os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia, em especial este Edital, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Para participação e deliberação na Assembleia, os acionistas deverão comprovar sua titularidade das ações, por meio do Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, e apresentar documento de identidade. Aos acionistas que se fizerem representar por meio de procurador, solicitamos que o instrumento de mandato, nos termos do Art. 126 da Lei n. 6.404/76, seja depositado na sede da Companhia, preferencialmente com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia. Belo Horizonte, 16 de março de 2018. **Euler Alves Brandão** - Diretor

FUMEP - Fundação Municipal de Ensino Profissionalizante
AVISO CONCORRÊNCIA Nº 001/2018
A FUMEP - Fundação Municipal de Ensino Profissionalizante, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 002 de 05 de fevereiro de 2018, torna público, para possíveis interessados, que realizará licitação, modalidade Concorrência nº 001/2018, tipo maior oferta, para permissão de uso de imóvel para a exploração da cantina da Escola Técnica Municipal de Sete Lagoas – Unidade da FUMEP. Os envelopes contendo a Documentação e Proposta de Preços deverão ser entregues na Escola Técnica Municipal de Sete Lagoas, no Setor de Licitação, situado a Avenida Prefeito Alberto Moura, 1.111, Distrito Industrial, Sete Lagoas/MG, até às 13 horas do dia 25/04/2018, sendo que a sessão pública para abertura e julgamento dos mesmos ocorrerá às 13 horas e 30 minutos do mesmo dia e no mesmo local de entrega dos envelopes. Retirada do edital nos endereços eletrônicos: <https://fumep.setelagoas.mg.gov.br> e www.setelagoas.mg.gov.br. Os licitantes que desejarem participar poderão se representar na sessão ou enviar os envelopes da proposta comercial e documentação via postal, com aviso de recebimento. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (31) 3773-8715 e 3773-0424, no Setor de Licitação.

MUNICÍPIO DE BOTUMIRIM P.P. 006/2018. O Município de Botumirim torna P. P. 006/2018, objeto: Registro de Preços exclusivo para ME/EPP/Equiparadas nas diretrizes da Lei Complementar Nº 123/2006, para futura e eventual aquisição de materiais para artesanato, tecidos, enxovais de cama, mesa e banho e materiais de costura para atender os projetos da Secretária Municipal de Assistência Social, do município de Botumirim - MG. Entrega dos envelopes e julgamento às 09:00hs do dia 09/04/2018. Mais informações pelo tel: (38) 3255-1133, ou pelo e-mail: licitacaobotu@gmail.com - José Francisco de Assis Ferreira Pregoeiro. **P.P. 011/2018** O Município de Botumirim torna P. P. 011/2018, objeto: Registro de Preços exclusivo para ME/EPP/Equiparadas nas Diretrizes da Lei Complementar Nº 123/2.006, contratação de empresa no fornecimento de refeições (marmix) no município de Botumirim - Distrito de Adao Colares e Distrito de Santa Cruz em atendimento as diversas Secretarias do município. Entrega dos envelopes e julgamento às 14:00hs do dia 05/04/2018. Mais informações pelo tel: (38) 3255-1133, ou pelo e-mail: licitacaobotu@gmail.com - José Francisco de Assis Ferreira Pregoeiro. **P.P. 012/2018** O Município de Botumirim torna P. P. 012/2018, objeto: Registro de Preços exclusivo para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nas diretrizes da Lei Complementar nº 123/2006, para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, para suprir as necessidades das diversas secretarias municipais, conforme as disposições deste edital e seus anexos. Entrega dos envelopes e julgamento às 09:00hs do dia 02/04/2018. Mais informações pelo tel: (38) 3255-1133, ou pelo e-mail: licitacaobotu@gmail.com - José Francisco de Assis Ferreira Pregoeiro. **P.P. 013/2018** O Município de Botumirim torna P. P. 013/2018, objeto: Registro de Preços exclusivo para Microempresa ou empresa de Pequeno Porte, nas diretrizes da Lei Complementar nº 123/2006, para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, para suprir as necessidades das diversas secretarias municipais. Entrega dos envelopes e julgamento às 09:00hs do dia 04/04/2018. Mais informações pelo tel: (38) 3255-1133, ou pelo e-mail: licitacaobotu@gmail.com - José Francisco de Assis Ferreira Pregoeiro. **AVISO DE REVOGAÇÃO P.P. 007/2018** objeto: contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nas diretrizes da lei complementar nº 123/2.006, para fornecimento de emulsão asfáltica e massa asfáltica pré misturada a frio. Entrega dos envelopes e julgamento às 09:00hs do dia 22/03/2018. Em face de realização de procedimento de adesão a ata de registro de preços realizada por outro ente REVOGA-SE o presente procedimento. Mais informações pelo tel: (38) 3255-1133, ou pelo e-mail: licitacaobotu@gmail.com José Francisco de Assis Ferreira Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA/MG – Processo Adm. de Licitação 003/2018 – Dispensa 001/2018 – Chamada Publica 001/2018 - EXTRATO DE CONTRATOS. Em cumprimento às disposições do Parágrafo Único, do art. 61, da Lei 8.666/93, torna-se público a síntese dos Contratos Adm. de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, com dezoito cláusulas cada um, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Jaíba/MG e as pessoas Jurídicas: **COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL JAIBA LTDA – COOPAJA**, CNPJ 10.871.421/0001-00, no valor de R\$8.498,00 (Oito mil quatrocentos e noventa e oito reais); **COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES DO PROJETO JAIBA LTDA**, CNPJ 02.862.946/0001-92, no valor de R\$115.564,00 (Cento e quinze mil quinhentos e sessenta e quatro reais); **ASSOCIAÇÃO DOS IRRIGANTES DA AREA A PROJETO JAIBA**, CNPJ 02.2013.177/0001-00, no valor de 32.969,00 (Trinta e dois mil novecentos e sessenta e nove reais); **ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE LEITE DO JAIBA**, CNPJ 06.071.564/0001-72, no valor de R\$54.375,00 (Cinquenta e quatro mil trezentos e cinquenta e cinco reais); pessoas Físicas, **EUJACIO FERREIRA DE BRITO**, CPF 559.046.296-72, no valor de R\$18.330,00 (Dezoito mil trezentos e trinta reais); **FELIPE EUJACIO RIBEIRO BRITO**, CPF 101.888.706-79, no valor de R\$18.330,00 (Dezoito mil trezentos e trinta reais); **GILIARD ALVES DA SILVA**, CPF 071.431.436-69, no valor de R\$9.900,00 (Nove mil e novecentos reais); Objeto: Aquisição de Gêneros Alim. da Agricultura Familiar para alimentação Escolar, de forma parcelada. Data dos Contratos: 07/03/2018 – Vigência: 31/12/2018; Assinatura pela Contratante Reginaldo Antonio da Silva - Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE CÔNEGO MARINHO MG
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – n.º 016/2018
PROCESSO LICITATÓRIO n.º 021/2018.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ALCOOL HIDRATADO, ÓLEO DIESEL COM E ÓLEO DIESEL S10), ÓLEOS LUBRIFICANTES, ADITIVO, FLUIDO DE FREIOS E PRODUTOS DE LIMPEZA AUTOMOTIVA. Dia da Licitação: 02/04/2018 - Horário: 09:00. Local: Sala de Reunião da CPL situada à Av. Hermenegildo Nogueira da Silva –s/n B. Centro / Cônego Marinho - MG. O Edital estará disponível no Setor de Licitações e Contratos. Informações: (38) 99915-9003 e E-mail: licitacao@conegomarinho.mg.gov.br e no site: www.conegomarinho.mg.gov.br/site/licitacao
Cônego Marinho - MG, 19 de março de 2018.
Leonardo Ferreira da Cruz Júnior
Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA/MG – Processo Adm. de Licitação 003/2018 – Dispensa 001/2018 – Chamada Publica 001/2018 - EXTRATO DE RATIFICAÇÃO. Em cumprimento às disposições do Parágrafo Único, do art. 61, da Lei 8.666/93, torna-se público a síntese do Extrato de Ratificação dos Contratos Adm. de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, com dezoito cláusulas cada um, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Jaíba/MG e as pessoas Jurídicas: **COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL JAIBA LTDA – COOPAJA**, CNPJ 10.871.421/0001-00, no valor de R\$8.498,00 (Oito mil quatrocentos e noventa e oito reais); **COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES DO PROJETO JAIBA LTDA**, CNPJ 02.862.946/0001-92, no valor de R\$115.564,00 (Cento e quinze mil quinhentos e sessenta e quatro reais); **ASSOCIAÇÃO DOS IRRIGANTES DA AREA A PROJETO JAIBA**, CNPJ 02.2013.177/0001-00, no valor de 32.969,00 (Trinta e dois mil novecentos e sessenta e nove reais); **ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE LEITE DO JAIBA**, CNPJ 06.071.564/0001-72, no valor de R\$54.375,00 (Cinquenta e quatro mil trezentos e setenta e cinco reais); pessoas Físicas, **EUJACIO FERREIRA DE BRITO**, CPF 559.046.296-72, no valor de R\$18.330,00 (Dezoito mil trezentos e trinta reais); **FELIPE EUJACIO RIBEIRO BRITO**, CPF 101.888.706-79, no valor de R\$18.330,00 (Dezoito mil trezentos e trinta reais); **GILIARD ALVES DA SILVA**, CPF 071.431.436-69, no valor de R\$9.900,00 (Nove mil e novecentos reais); Objeto: Aquisição de Gêneros Alim. da Agricultura Familiar para alimentação Escolar, de forma parcelada. Data da Ratificação: 07/03/2018 – Vigência: 31/12/2018; Assinatura pela Contratante Reginaldo Antonio da Silva - Prefeito Municipal.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO
ATA Nº 001/2018 DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMIP - EMPRESA MINEIRA DE PARCERIAS S.A. NIRE 31300104966 - CNPJ 18.528.267/0001-11
1. Data, Hora e Local da Reunião: Realizada aos 09 (nove) dias do mês de março de 2018, às 09:00 horas, na sede social da EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., na Rodovia Papa João Paulo II nº 4001, Prédio Gerais, 4º andar, Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Bairro Serra Verde, em Belo Horizonte/MG CEP 31630-901
2. Presenças: Presente os Conselheiros Paulo de Souza Duarte, Marco Antonio Viana Leite, Francisco Eduardo Moreira, Luis Gustavo D'Ávila Riani, Alcione Maria Martins Comoniani e Nestor Francisco de Oliveira.
3. Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Dr. Paulo de Souza Duarte e secretariados pelo Dr. Marco Antonio Viana Leite.
4. Ordem do Dia (i) Exoneração de membro da Diretoria-Executiva e eleição de novo membro;
5. Deliberações: 5.1 Iniciada a reunião, os Conselheiros apreciaram a matéria em pauta e, por unanimidade de votos, deliberaram promover a seguinte alteração na composição da Diretoria-Executiva: (i) exonerar o Sr. Antônio Eustáquio da Silveira do cargo de **Diretor-Presidente** e (ii) eleger para o mesmo cargo o Sr. Mário Assad Júnior, brasileiro, casado, Advogado, CI: MG-2.064.367-SSP/MG, CPF: 537.249.416-68, residente na Rua Dr. Astolfo Vieira de Resende, nº 32, apto. 702, Bairro Sion, CEP: 30.315-510, Belo Horizonte/MG, complementando o mandato em curso, que se finda até a realização da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas de 2018. O Presidente do Conselho Paulo de Souza Duarte informou aos demais Conselheiros que o Conselheiro Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior tomou previamente conhecimento da matéria e encaminhou-lhe seu voto, que será anexado à presente ata, manifestando favorável à alteração na composição da Diretoria-Executiva da EMIP nos termos acima deliberado.
5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Belo Horizonte, 09 de março de 2018. (assinaturas) Paulo de Souza Duarte, Marco Antonio Viana Leite, Francisco Eduardo Moreira, Luis Gustavo D'Ávila Riani, Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior, Alcione Maria Martins Comoniani e Nestor Francisco de Oliveira. JUCEMG (Registro Digital sob nº 6547752 em 16/03/2018) – Protocolo nº 181447100 – , Chave de Segurança Lrvb - Marinely de Paula Bomfim – Secretária Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU/MG. Aviso de Licitação. Pregão Presencial nº 19/2018, do tipo Menor Preço, julgamento por ITEM, cujo objeto é a Contratação de Serviços de Arbitragem Esportiva. Sessão dia 04/04/2018 às 09h00min. Maiores informações pelo telefone (33) 3339-2712. Edital disponível no site oficial do Município: www.manhuacu.mg.gov.br. Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG
Aviso de Licitação–Pregão nº 0020/2018– Processo nº 096/2018. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão nº 0020/2018 locação de máquinas fotocopadoras multifuncional profissional. Data e horário da sessão: 05/04/2018, às 14:00 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br . João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG
Aviso de Licitação–Pregão nº 0021/2018– Processo nº 097/2018. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão nº 0021/2018 Contratação de empresa de assessoria e consultoria no serviço de contabilidade. Data e horário da sessão: 06/04/2018, às 17:00 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br . João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG
Aviso de Licitação–Pregão nº 0022/2018– Processo nº 098/2018. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão nº 0022/2018 registro de preço serviço de sonorização. Data e horário da sessão: 09/04/2018, às 14:00 horas. O edital completo encontra – se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br . João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG
Aviso de Licitação–Pregão nº 0023/2018– Processo nº 100/2018. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão nº 0023/2018 registro de preço para locação de trator de esteira e / ou retroescavadeira para uso no aterro sanitário. Data e horário da sessão: 11/04/2018, às 14:00 horas. O edital completo encontra – se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br . João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG
Aviso de Licitação–Pregão nº 0024/2018– Processo nº 101/2018. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão nº 0024/2018 registro de preço para locação de máquinas pesadas e equipamentos para atender diversos setores da prefeitura municipal. Data e horário da sessão: 12/04/2018, às 14:00 horas. O edital completo encontra – se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br . João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG
Aviso de Licitação–Pregão nº 0025/2018– Processo nº 102/2018. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão nº 0025/2018 registro de preço para prestação de serviço de hospedagem para atender as unidades municipais. Data e horário da sessão: 16/04/2018, às 14:00 horas. O edital completo encontra – se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br . João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG
Aviso de Licitação– Revogação do Pregão nº 0003/2018– Processo nº 23/2018. O Município de Espera Feliz/MG torna público a revogação do Pregão nº 0003/2018 Registro de Preço para futuras aquisições de peças para máquinas pesadas, ônibus e caminhões pertencentes a frota do Município de Espera Feliz. João Carlos Cabral de Almeida Prefeito Municipal.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DOS EMPRESÁRIOS, PROFISSIONAIS DO MERCADO IMOBILIÁRIO E DA CMI SECOVI MG SICOOB SECOVICRED MG - CNPJ 14.913.919/0001-80															
Relatório da Administração															
Senhores Associados, submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/17 da Cooperativa de Crédito dos Empresários do Mercado Imobiliário e da CMI Secovi MG Ltda. - SICOOB SECOVICRED MG, na forma da legislação em vigor. 1. Política Operacional: Constituída em 08 de agosto de 2011, iniciou suas atividades em junho 2012 o SICOOB SECOVICRED MG completou 06 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos. 2. Avaliação de Resultados: No exercício de 2017, o SICOOB SECOVICRED MG obteve um resultado de R\$ 688.026,57 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 8,06%. 3. Ativos: Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 50.359.848,58. Por sua vez a carteira de crédito comercial representava R\$ 6.882.031,77. Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/17 o percentual de 68,29% da carteira, no montante de R\$ 4.710.324,17. 4. Captação: As captações, no total de R\$ 49.327.692,21, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 26,69%. As captações encontravam-se assim distribuídas: <table><tr><td>Depósitos à vista</td><td>R\$ 14.036.629,82</td><td>28,46%</td></tr><tr><td>Depósitos a Prazo</td><td>R\$ 35.291.062,39</td><td>71,54%</td></tr></table> Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/17 o percentual de 54,35% da captação, no montante de R\$ 26.512.997,05. Patrimônio de Referência: O Patrimônio de Referência do SICOOB SECOVICRED MG era de R\$ 8.534.868,07 O quadro de associados era composto por 1.663 Cooperados, havendo um acréscimo de 26,28% em relação ao mesmo período do exercício anterior. 6. Política de Crédito: A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a										Depósitos à vista	R\$ 14.036.629,82	28,46%	Depósitos a Prazo	R\$ 35.291.062,39	71,54%
Depósitos à vista	R\$ 14.036.629,82	28,46%													
Depósitos a Prazo	R\$ 35.291.062,39	71,54%													
Balancos Patrimoniais em 31 dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos reais - R\$)															
Ativo		Nota	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO										
Circulante			53.992.515,80	43.066.425,01	Nota		31/12/2017	31/12/2016							
Disponibilidades			214.965,79	149.464,28	Circulante		50.250.019,26	39.536.403,49							
Relações Interfinanceiras		4	50.359.848,58	38.785.730,50	Depósitos		10	49.327.692,21	38.934.884,61						
Centralização Financeira - Cooperativas			50.359.848,58	38.785.730,50	Depósitos à Vista			14.036.629,82	10.104.832,10						
Operações de Crédito		5	2.449.510,71	3.474.468,82	Depósitos Interfinanceiros			35.291.062,39	28.830.052,51						
Operações de Crédito			3.318.701,92	4.043.801,21	Outras Obrigações		11	922.327,05	601.518,88						
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)			(869.191,21)	(569.332,39)	Cobrança e Arrecadação										
Outros Créditos		6	822.571,95	630.970,47	de Tributos e Assemelhados			1.183,73	1.216,22						
Créditos por Avals e Fianças Honorados			15.334,04	110.380,45	Sociais e Estatutárias			210.552,66	132.103,79						
Rendas a Receber			346.985,84	564.823,47	Fiscais e Previdenciárias			88.773,38	178.153,06						
Diversos			469.954,47	37.237,22	Diversas			621.817,28	290.045,81						
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)			(9.702,40)	(81.470,67)	Patrimônio Líquido		13	8.538.686,65	6.763.559,27						
Outros Valores e Bens		7	145.618,77	25.790,94	Capital Social			6.906.791,48	5.258.806,11						
Outros Valores e Bens			121.400,00	-	De Domiciliados no País			7.142.516,48	5.442.156,11						
Despesas Antecipadas			24.218,77	25.790,94	(Capital a Realizar)			(235.725,00)	(183.350,00)						
Realizável a Longo Prazo			3.563.329,85	2.629.106,23	Reserva de Lucros			943.868,60	626.317,87						
Operações de Crédito		5	3.563.329,85	2.629.106,23	Sobras Acumuladas			688.026,57	878.435,29						
Operações de Crédito			3.563.329,85	2.629.106,23	Total			58.788.705,91	46.299.962,76						
Permanente			1.232.860,26	604.431,52											
Investimentos		8	459.484,39	316.482,92	As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.										
Participações em Coligadas e Controladas - No País			459.484,39	316.482,92											
Imobilizado em Uso		9	763.661,74	270.799,12											
Outras Imobilizações de Uso			921.372,61	348.205,20											
(Depreciações Acumuladas)			(157.710,87)	(77.406,08)											
Intangível			9.714,13	17.149,48											
Ativos Intangíveis			40.936,63	39.321,33											
(Amortização Acumulada)			(31.222,50)	(22.171,85)											
Total do Ativo			58.788.705,91	46.299.962,76											
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos reais - R\$)															
Eventos		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas	Acumuladas	Totais								
		3.781.792,15	(106.570,00)	151.433,29	694.529,08	4.521.184,52									
Saldos em 31/12/2015															
Destinação de Sobras Exercício Anterior:															
Constituição de Reservas				69.452,91	(69.452,91)	-									
Em Conta Corrente do Associado					(123.278,34)	(123.278,34)									
Ao Capital		498.553,94			(498.553,94)										
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					(3.243,89)	(3.243,89)									
Movimentações de Capital:															
Por Subscrição/Realização		760.384,28	(76.780,00)			683.604,28									
Por Devolução (-)		(133.160,50)				(133.160,50)									
Sobra / Perda Líquida															
Provisão de Juros ao Capital Próprio					1.920.327,29	1.920.327,29									
Subscrição do Juros ao Capital Próprio		565.795,59			(568.888,39)	(568.888,39)									
IRRF sobre Juros ao Capital Próprio		(31.209,35)				565.795,59									
Destinação da Sobra do Exercício:						(31.209,35)									
Fundo de Reserva				405.431,67	(405.431,67)	-									
FATES					(67.571,94)	(67.571,94)									
Saldos em 31/12/2016		5.442.156,11	(183.350,00)	626.317,87	878.435,29	6.763.559,27									
Destinação de Sobras Exercício Anterior:															
Em Conta Corrente do Associado					(173.526,59)	(173.526,59)									
Ao Capital		694.305,71			(694.305,71)										
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					(10.602,99)	(10.602,99)									
Movimentações de Capital:															
Por Subscrição/Realização		927.513,07	(52.375,00)			875.138,07									
Por Devolução (-)		(471.477,75)				(471.477,75)									
Sobra / Perda Líquida															
Provisão de Juros ao Capital Próprio					1.637.850,45	1.637.850,45									
Subscrição do Juros ao Capital Próprio		569.409,41			(579.348,03)	(579.348,03)									
IRRF sobre Juros ao Capital Próprio		(19.390,07)				569.409,41									
Destinação da Sobra do Exercício:						(19.390,07)									
Fundo de Reserva				317.550,73	(317.550,73)	-									
FATES					(52.925,12)	(52.925,12)									
Saldos em 31/12/2017		7.142.516,48	(235.725,00)	943.868,60	688.026,57	8.538.686,65									
Saldos em 30/06/2017		6.394.947,93	(222.050,00)	626.317,87	934.397,04	7.733.612,84									
Movimentações de Capital:															
Por Subscrição/Realização		472.423,64	(13.675,00)			458.748,64									
Por Devolução (-)		(274.874,43)				(274.874,43)									
Sobra / Perda Líquida															
Provisão de Juros ao Capital Próprio					703.453,41	703.453,41									
Subscrição do Juros ao Capital Próprio		569.409,41			(579.348,03)	(579.348,03)									
IRRF sobre Juros ao Capital Próprio		(19.390,07)				569.409,41									
Destinação da Sobra do Exercício:						(19.390,07)									
Fundo de Reserva				317.550,73	(317.550,73)	-									
FATES					(52.925,12)	(52.925,12)									
Saldos em 31/12/2017		7.142.516,48	(235.725,00)	943.868,60	688.026,57	8.538.686,65									
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.															
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)															
1. Contexto Operacional: A Cooperativa de Economia e Crédito dos Empresários, Profissionais do Mercado Imobiliário e da CMI/SECOVI - SICOOB SECOVICRED MG, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária fundada em 08 de agosto de 2011, filiada à CCE CRED EST MG LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMG e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. O SICOOB SECOVICRED MG tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade: (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados; (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistêmica e do uso adequado do crédito; e (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos. 2. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 05/03/2018. Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, - Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução															
CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.424/2015. 3. Resumo das principais práticas contábeis: a) Apuração do resultado: Os ingressos/receitas e os são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade. b) Estimativas contábeis: Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. c) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. d) Operações de crédito: As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. e) Provisão para operações de crédito: Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). f) Investimentos: Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMG, avaliadas pelo método de custo de aquisição. g) Imobilizado: Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens. h) Intangível: Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. i) Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho															
funcional. Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição. 8. Conselho Fiscal: Eleito em 2017, com mandato até a AGO de 2020, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMG, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las. 9. Código de Ética: Todos os integrantes da equipe do SICOOB SECOVICRED MG aderiram, em 2012, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso. 10. Sistema de Ouvidoria: A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes. No exercício de 2017, a Ouvidoria do SICOOB SECOVICRED MG registrou 14 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito. Das 14 reclamações, 02 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para															
as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. 11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop: De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos															

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Licitação–Pregão nº 0019/2018– Processo nº 095/2018. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão nº 0019/2018 registro de preço para futuras aquisições de diversos materiais de amarrinho para atender aos programas sociais desenvolvidos no município. Data e horário da sessão: 04/04/2018, às 14:00 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br.
João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS/MG

Processo n.º 015/2018 – Concorrência n.º 003/2018 – Objeto: Execução de obra pavimentação com blocos sextavados de concreto, no município - Contrato de Repasse: 805.539/2014 –MCIDADES/CAIXA. Data: 09:00 horas dia 24/04/2018. O Edital se encontra disponível no site <http://buenopolis.mg.gov.br/953-2/>. Informações: email: licitacao@buenopolis.mg.gov.br. CPL. Célio Santana - Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS/MG
AVISO - EDITAL DE LEILÃO**

A Prefeitura Municipal de Delfinópolis, torna público que no dia 04 de abril de 2018 às 08h30min no Pátio I, na Secretaria Municipal de Viação e Transporte, localizada na Rua José Abrão Pedro, nº 330 - Centro, nesta cidade de Delfinópolis/MG, será realizado o Leilão nº 001/2018, que tem como objeto a: "**ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E BENS INSERÍVEIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS**", cujo critério de julgamento será o de "Maior Lance por Item Ofertado" - Edital e informações pelo site: www.delfinopolis.mg.gov.br ou pelo fone (35) 3525-1585. Delfinópolis/MG, 19 de março de 2018.
Suely Alves Ferreira Lemos - Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MANSO/MG

Aviso de Licitação Pregão 009/2018 - A Prefeitura Municipal de Rio Manso, MG, torna público que fará realizar Processo Licitatório Nº. 022/2018, Pregão Presencial Nº. 009/2018, para Registro de Preços para eventual aquisição de gás GLP classe II (Gás de cozinha 13 Kg) para atender as diversas secretarias do Município de Rio Manso, com entrega parcelada mediante requisição. Data da sessão: **04/04/2018, às 09:00 horas**, na sede da Prefeitura Municipal. Informações na Prefeitura de Rio Manso - Telefax: (31) 3573 1120.
Magna Teresinha Teixeira de Sousa - Pregoeira Municipal.
Prefeitura Municipal de Rio Manso, 20 de Março de 2018.

**Bradesco**
Pra frente.

LEILÃO SOMENTE ONLINE 47 IMÓVEIS
FECHAMENTO: 5ª feira, 22/03/2018 a partir das 10h00



Imóveis localizados em: **BA CE GO MA MG MT PE PR RJ RS SC SE SP TO**

•Apartamentos • Áreas Rurais • Casas • Imóveis Comerciais • Terrenos

✓ À VISTA COM 10% DE DESCONTO ✓ SINAL E O SALDO EM 12 MENSAIS IGUAIS: 24, 36 OU 48 MESES ✓ FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO EM ATÉ 360 MESES

LOTE 27 - PEDRO LEOPOLDO/MG - CASA
Rua Antenor Pereira, 121
LAGOA SANTO ANTÔNIO
ÁREA TERRENO: 1.912,73m²
ÁREA CONSTRUÍDA ESTIMADA: 150,00m²
Lance mínimo: R\$ 207.000,00

LOTE 30 - CLÁUDIO/MG
ÁREA RURAL C/ 4,35,00ha
Denominada São Bento
(com casa de moradia em mau estado de conservação)
Lance mínimo: R\$ 42.000,00

Lances "on-line", condições de venda e pagamento,
fotos consulte: www.FREITASLEILOEIRO.com.br
Mais informações consulte: www.BRADESCO.com.br

Edital completo (descrição dos imóveis, condições de venda e pagamento) encontra-se registrado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco/SP sob o nº 328.052 e no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital sob o nº 3.663.460.

Mais informações: (11) 3117.1001 | imoveis@freitasleiloeiro.com.br
SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

EDITAL DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EXERCÍCIO DE 2018
A FEDERAÇÃO SINDICAL E DEMOCRÁTICA DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS MEC. E MAT. E DE MG, com sede à Rua da Bahia, 573 salas 902/903, centro Belo Horizonte/MG, com base territorial nos Municípios de Araxá, Itaúna, Florestal, Itaguara, Itatiaçu, Juatuba, Mateus Leme, Divinópolis, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Itapeçerica, Lagoa da Prata, Nova Serrana, São Gonçalo do Pará, Itajubá, Paraisópolis, Brasópolis, Cristina, Delfim Moreira, Maria da Fé, Pedralva, Piranguçu, Piranguinho, São José do Alegre, Sapucaí-Mirim, Wenceslau Braz, Barão de Cocais, Itabira, Lambari, Carmo de Minas, Jesuânia, Olímpio Noronha, Patos de Minas, São João Del Rei, Andrelândia, Barroso, Carrancas, Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Itutinga, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, Resende Costa, Ritópolis, São Tiago, São Vicente de Minas, Tiradentes, Ouro Preto, Governador Valadares, Pirapora e Várzea da Palma, pelo presente Edital, faz saber aos senhores empregadores nas indústrias siderúrgicas, metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico, eletrônico e informática, nos Municípios de Araxá, Itaúna, Florestal, Itaguara, Itatiaçu, Juatuba, Mateus Leme, Divinópolis, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Itapeçerica, Lagoa da Prata, Nova Serrana, São Gonçalo do Pará, Itajubá, Paraisópolis, Brasópolis, Cristina, Delfim Moreira, Maria da Fé, Pedralva, Piranguçu, Piranguinho, São José do Alegre, Sapucaí-Mirim, Wenceslau Braz, Barão de Cocais, Itabira, Lambari, Carmo de Minas, Jesuânia, Olímpio Noronha, Patos de Minas, São João Del Rei, Andrelândia, Barroso, Carrancas, Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Itutinga, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, Resende Costa, Ritópolis, São Tiago, São Vicente de Minas, Tiradentes, Ouro Preto, Governador Valadares, Pirapora e Várzea da Palma, que conforme dispõe os arts. 578, 580 e 582, da CLT, deverão descontar dos salários de seus empregados a CONTRIBUIÇÃO SINDICAL correspondente a um dia de trabalho dos salários do mês de Março de 2018, devidamente aprovado em assembleia. O valor deverá ser recolhido às Agências da CEF, até o dia 30 de Abril de 2018 (Art. 586 da CLT). Uma vez recolhida a CONTRIBUIÇÃO os empregadores deverão remeter ao Sindicato no prazo de 15 (quinze) dias do recolhimento, a seguinte documentação: - relação nominal dos Empregados Contribuintes, indicando a função de cada um, o salário percebido no mês a que corresponder a Contribuição, o com o respectivo valor recolhido, bem como a indispensável GRCS (Guia de Recolhimento a Contribuição Sindical) devidamente quitada. Ficam os interessados, cientificados, desde já que o não recolhimento da Contribuição Sindical de seus empregados até o dia 30 de Abril de 2018, importará na multa de 10% (dez por cento) nos primeiros trinta dias, com adicional de 2% (dois por cento) ao mês subsequentemente, juros de 1% (hum por cento) e atualização monetária conforme estabelece o art. 600 da CLT. Belo Horizonte, 15 de março de 2018. ANTONIO CARLOS DE FREITAS – COORDENADOR ADMINISTRATIVO.

**Cartório de Registro de Imóveis**
Comarca de Ribeirão das Neves –MG- Estado de Minas Gerais

Oficial

Substituto

Marisa S.N.O. Andrade

Janice Aleixo Alves

Ribeirão das Neves 27 de dezembro de 2017.

EDITAL DE INTIMAÇÃO – MARISA SILVEIRA NETO OTAVIANO ANDRADE, Oficial de Registro de Imóveis de Ribeirão das Neves/MG, na forma da lei, etc., utilizando-se das atribuições conferidas pelo art. 26 da lei 9.514/97, bem como pela credora do contrato de financiamento nº **85552476074-0**, intima o **Sr. Eder Soares dos Anjos**, residente em local incerto e não sabido, para satisfazer, tendo em vista a infrutífera tentativa de intimação pessoal, na forma da lei no prazo de 15 dias, as prestações vencidas e as que vencerem até a data do pagamento com juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação referente ao contrato e venda garantindo por alienação fiduciária, firmado em **28/12/2012**, registrado sob o nº **R- 4**, e na matrícula **31183** deste serviço referente ao imóvel situado a **Rua Topázios, nº 345, Ap 14 Bl 1 Bairro: Vale da Prata, CEP:33825550**, Ribeirão das Neves/MG, com saldo devedor em **27/12/2017** Perfaz o montante de R\$ 6.013,19, relativo as prestações vencidas e não pagas, devendo comparecer a **CAIXA ECONOMICA FEDERAL**, onde devera pagar o débito acima discriminado, purgando-se a mora sob pena de se consolidar a propriedade em nome do credor fiduciário.
Dado e passado nesta cidade de Ribeirão das Neves.

A Oficial.

**Tamires Aleixo A. Andrade**
2ª Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL/MG

Torna público o aviso de licitação, objetivando a **CHAMADA PÚBLICA PARA HABILITAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, NO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL/MG - PROCESSO Nº 017/18 - CHAMADA PÚBLICA 001/2018**. Apresentação de documentos: 20/03/18 a 04/04/18 de 07:00h às 13:00h. Abertura no dia 05/04/2018 às 08:30h. Interessados manter contato pelo telefone (38) 3811-1597 ou diretamente na sede do município, na Pça. Cel. Jonathas, 220, Centro, Monte Azul/MG - 19/03/2018.
Carlos Carmelo José Santos - Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA/MG

RATIFICO o ato praticado pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao Processo de Licitação nº 004/2018, Concorrência Pública nº 001/2018, mantendo **habilitadas** as licitantes: (CRISTINA DEHON FERNANDES 83787704604, SÉRGIO HENRIQUE ALVES 94959200600, GYSELE CASTRO DE ARRUDA 69863369691, RONALDO JOSÉ BELO 29276721649, MARIA LUIZA ALVES MENDONÇA 38805898287) e **inabilitada** a licitante: MARA LÚCIA COUTO SOUSA – CPF: 798.880.626-20 e **marcando** a abertura dos envelopes de proposta comercial das licitantes habilitadas para o dia 23 de março de 2018, às 08:30 horas. Formiga (MG), 16 de março de 2018. **EUGÊNIO VILELA JÚNIOR. PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGA.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO/MG

AVISO DE RETIFICAÇÃO – PREGÃO Nº 010/2018 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2018 – A Administração Municipal de Visconde do Rio Branco, através da sua Pregoeira, torna público a retificação do edital em epígrafe, que tem por objeto a seleção de empresa(s) especializada(s) no ramo, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em ar condicionado, para atender às necessidades das Secretarias Requisitantes. (Ver maiores especificações no Edital de retificação) – Por se tratar de mudança que manifestadamente altera a formulação da proposta fica designado o dia 09/04/2018 às 09h para a entrega da documentação, proposta e credenciais, quando será dado início aos trabalhos. Cópia do edital de retificação já se encontra disponível para os interessados, à Praça 28 de Setembro, Centro, ou pelo site: www.viscondedoriobranco.mg.gov.br. Informações pelo Tel: (32) 3559-1911.
(Ass.) Flaviana Lima Teixeira – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

Pregão Presencial N.º 02/2018 do Processo Licitatório N.º 04/2018 – Aquisição de fraldas descartáveis infantis e geriátricas, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de São Gonçalo do Rio Abaixo. A Pregoeira e Equipe de Apoio declara que fica **ANULADO** o referido processo, de modo que serão saneados os vícios havidos e posteriormente publicado novo instrumento convocatório, conforme consta na **Ata de Realização da Reunião Extraordinária do Pregão Presencial Nº 02/2018**. São Gonçalo do Rio Abaixo, 19 de março de 2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG
A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, através da CPL, informa que em 16/03/2018 às 09:00 horas realizou licitação, sob a modalidade **Pregão Presencial N.º 07/2018 – Aquisição de pães e biscoitos atendendo as necessidades da PMSGRA – MG**, onde a empresa **Panificadora e Lanchonete Central Ltda ME**, foi julgada Vencedora do certame, após apresentação da prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Válida, conforme consta em Ata Extraordinária, anexa ao processo.
São G. do R. Abaixo, 19 de março de 2018.
Antônio Carlos Noronha Bicalho – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – AVISO RETIFICAÇÃO DO EDITAL – Tomada de Preços nº001/2018 - Processo Licitatório nº024/2018. A Prefeitura Municipal de Pirapora/MG torna público que o edital da Tomada de Preços nº 001/2018, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de reforma, adaptações e melhorias do imóvel onde funciona a Casa de Proteção Dr. Carlos Roberto Martins Tavares, foi **RETIFICADO** em razão dos apontamentos enviados pelo CAU/MG. Informamos que foi inserida no site da Oficial da Prefeitura uma Nota de Esclarecimento quanto a referida retificação. Esclarecemos que a entrega e abertura dos envelopes permanece agendada para o dia **23/03/2018 às 09:00h**. O presente edital poderá ser obtido no seguinte endereço eletrônico: www.pirapora.mg.gov.br e demais esclarecimentos na Rua Antônio Nascimento, 274- Centro, nos dias úteis de segunda a sexta-feira das 12:00h às 18:00h ou pelo telefone (38) 3740-6121. Pirapora/MG, 19/03/2018 –Ailton Barreto – Presidente CPL.

PREFEITURA DE VESPASIANO.

PL 06/2018 - PE 01/2018. HOMOLOGAÇÃO. Município de Vespasiano e as empresas Confecções MCB EIRELI-EPP. Valor: R\$ 14.605,00, Diamante Confecções e Comercio Eireli-me Valor: R\$ 24.878,00, Tania de Fatima Gozzo- ME Valor: R\$ 4.890,00 e RWAf – Textil Ind. Com. e Imp. de Tecidos Eireli-EPP R\$ 21.270,50 . Objeto: Eventual aquisição de uniformes para as divisões de serviços gerais, funerários, cemitérios, escolas, creches e secretaria, em atendimento as solicitações das Secretarias de Administração e Educação. PATRÍCIA F. MACIEIRA. Sec. Mun. de Adm.

PL 198/2017 – PP RP 63/2017: A Prefeitura de Vespasiano torna frustrado o referido processo, tendo em vista, que nenhuma das empresas participantes do certame, atendeu às exigências do edital. A partir desta publicação, abrese vista e prazo recursal. Camila Lorraine Pereira Perdigão - Pregoeira.

PL 18/2018 - PE 05/2018. A Pregoeira declara vencedoras e habilitadas Citopharma Manipulacao De Medicamentos Especiais, Lote 1: Acolhimento Recurso até 15:00:26 do dia 20/03/2018; Elfa Medicamentos Ltda, Lote 02: Acolhimento Recurso até 15:01:40 do dia 20/03/2018; Lote 04: Acolhimento Recurso até 15:02:56 do dia 20/03/2018; Biohosp Produtos Hospitalares Ltda, Lote 03: Acolhimento Recurso até 15:02:14 do dia 20/03/2018, no www.licitacoes-e.com.br.

PL 39/2018 - PP 11/2018. AVISO DE LICITAÇÃO: Prestação de serviços de solução de impressão cópia e digitalização corporativa com cessão de direito de uso de equipamentos c/ manutenção preventiva e corretiva c/ fornecimento de peças e suprimentos necessários (exceto papel). Credenciamento e entrega dos envelopes: das 9h30m às 9h45m do dia 06/04/2018. Edital disponível no site www.vespasiano.mg.gov.br. Carolina Valadares, Pregoeira.

PL 25/2018 - TP 01/2018. ATA DE JULGAMENTO - HABILITAÇÃO. A CPL julga habilitadas E.P.L. Construções Eireli EPP e Flat Engenharia e Construções Ltda. EPP; e inabilitadas MCM Empreendimentos Eireli EPP e Tecnoar Empreiteira e Locação de Máquinas Ltda. Vespasiano 16/03/2018. Lécia Soares, Pres. CPL.

PL 25/2018 - TP 01/2018. ATA DE JULGAMENTO – PROPOSTA COMERCIAL. A CPL julga vencedora E.P.L. Construções Eireli EPP no valor global de R\$ 266.425,68. Vespasiano 19/03/2018. Lécia Soares, Pres. CPL.

PROCESSO 35/2018 – ADESÃO 02/2018: Homologo o certame à empresa Friominas Máquinas Representações Ltda., no valor total de R\$ 38.378,38, ref. Adesão ARP 62/2017 - Proc SISUP 1901/2016 - Planejamento/SIAD 370/2016 – PE 08/2017, realizada pelo TJMG, assistindo a aquisição de condicionadores de ar e prest de serv de instal e visando técnica equipamentos. Pref. de Vespasiano. PL 198/2017 PP. RP. 063/2017 – Retificação. Na publicação do dia 15/03/2018, onde se lê: convoca as empresas interessadas no referido processo para abertura do envelope de Habilitação da empresa 3ª colocada, leia-se: convoca as empresas interessadas no referido processo para abertura do envelope de Habilitação da empresa 4ª colocada.

A **NOVAMETAIS METALURGIA LTDA.** CNPJ nº 04.796.985/0001-64, por determinação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental do Município de Betim - CODEMA, torna público que foi concedida através do Processo Administrativo nº 33.235/2017, a Licença de Operação Corretiva - Classe 3, para atividade conforme DN COPAM 74/04 – B-04-02-2 – fundição de alumínio, beneficiamento de borra e de sucata de alumínio, localizada a Rua Juiz de Fora, Nº 25, Bairro Distrito Industrial Paulo Camilo Norte, no Município de Betim, no Estado de Minas Gerais.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais – SINDADOS/MG, por meio de sua diretora Administrativa, Rosane Maria Cordeiro, convoca todos os trabalhadores da UNISYS BRASIL, para Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 22/03/2018 às 13 horas em primeira convocação e às 13:30 horas em segunda convocação, à Alameda Oscar Niemeyer, 119 / Vila da Serra / Nova Lima / MG / CÉP 34000-000. Referida assembleia deverá discutir a seguinte ordem do dia: 1) – Aprovação das Reivindicações dos trabalhadores de Minas Gerais a serem encaminhadas à Plenária Nacional de Campanha; 2) – Discussão e deliberação sobre a Concessão de poderes à Federação Nacional dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares – FENADADOS para representação e negociação junto às empresas e firmar Acordos Coletivos de Trabalho e/ou Contratos Coletivos de Trabalho ou, na sua frustração suscitar Dissídios Coletivos; 3) – Discussão e deliberação sobre Concessão de poderes ao SINDADOS/MG, para representação e negociação junto às empresas e para firmar Acordos Coletivos de Trabalho e/ou Contratos Coletivos de Trabalho ou, na sua frustração suscitar Dissídios Coletivos; 4) – Assuntos gerais envolvidos com a temática dos itens anteriores. Belo Horizonte, 20 de março de 2018. (a) Rosane Maria Cordeiro Diretora Administrativa do SINDADOS/MG.

SAAE-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR VALADARES/MG

EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018. O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Governador Valadares, torna público que fará realizar o **Processo Licitatório nº 016/2018**, na modalidade de **Pregão Presencial nº 009/2018 - tipo menor preço por item**, que tem por objeto a aquisição de BOMBA CENTRÍFUGA SUBMERSÍVEL. O Edital encontra-se disponível no site: www.saaegoval.com.br, podendo ser obtido também através do email licitacao@saaegoval.com.br. O início de julgamento dar-se-á às **09h00min do dia 04 de abril de 2018**. Governador Valadares, 19 de março de 2018. (a) Alcyr Nascimento Júnior - Diretor Geral do SAAE.

EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018. O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Governador Valadares, torna público que fará realizar o **Processo Licitatório nº 017/2018**, na modalidade de **Pregão Presencial nº 010/2018 - tipo menor preço por item**, que tem por objeto a LOCAÇÃO DE CAMINHÃO GUINDAUTO (MUNCK). O Edital encontra-se disponível no site: www.saaegoval.com.br, podendo ser obtido também através do email licitacao@saaegoval.com.br. O início de julgamento dar-se-á às **09h00min do dia 03 de abril de 2018**. Governador Valadares, 19 de março de 2018. (a) Alcyr Nascimento Júnior - Diretor Geral do SAAE.

**PREFEITURA DE UBERLÂNDIA**

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0068/2018
CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM"

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio da DIRETORIA DE COMPRAS - Realizará licitação supramencionada - Objeto: Registro de Preços para futura ou eventual contratação de empresa para fornecimento de materiais médicos hospitalares (fármaca para bísturi, luva cirúrgica e outros), em atendimento à Secretaria acima citada. O Credenciamento para este Pregão deverá ser efetuado até às 23:59 horas do dia 06/04/2018, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no site da Caixa Econômica Federal - www.licitacoes.caixa.gov.br. A sessão pública na Internet para recebimento das Propostas estará aberta até as 09:00 horas do dia 09/04/2018 e o início dos Lances na Internet será das 13:00 até as 14:00 horas do dia 10/04/2018, no mesmo endereço WEB. Uberlândia, 16 de março de 2018. **GLADSTONE RODRIGUES DA CUNHA FILHO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE.**

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0839/2017 CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM"

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio da DIRETORIA DE COMPRAS - Realizará licitação supramencionada - Objeto: Registro de Preços para futura ou eventual contratação de empresa para fornecimento de materiais médicos hospitalares (abaixador de língua, atadura de crepe e outros), em atendimento à Secretaria acima citada. O Credenciamento para este Pregão deverá ser efetuado até às 23:59 horas do dia 06/04/2018, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no site da Caixa Econômica Federal - www.licitacoes.caixa.gov.br. A sessão pública na Internet para recebimento das Propostas estará aberta até as 09:00 horas do dia 09/04/2018 e o início dos Lances na Internet será das 14:00 até às 15:00 horas do dia 10/04/2018, no mesmo endereço WEB. Uberlândia, 16 de março de 2018. **GLADSTONE RODRIGUES DA CUNHA FILHO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - torna público a Sanção Administrativa de Advertência e Multa enviada à empresa Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda - CNPJ 05.520.829/0001-40, Ata de Registro de Preços nº 33/2017. A Sanção Administrativa encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº 8646//2017. Em 16/03/2018. Maria Aparecida Pires de Moura/Presidente da COPECAF.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - torna público a Análise e Julgamento de Defesa a enviada à empresa Cristal Pharma Ltda - CNPJ 06.073.848/0001-27 Ata de Registro de Preços nº 050/2017. A Sanção Administrativa encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº 9182//2017. Em 16/03/2018. MARIA Aparecida Pires de Moura/Presidente da COPECAF.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - torna público a Sanção Administrativa de Advertência e Multa enviada à empresa Alfalagos - CNPJ 05.194.502/0001-14, Atas de Registro de Preços n.º 009/2017, 033/2017 e 050/2017. A Sanção Administrativa encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº 9019/2017. Em 16/03/2018. Maria Aparecida Pires de Moura/Presidente da COPECAF.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - torna público a Sanção Administrativa de Advertência e Multa enviada à empresa Alfalagos - CNPJ 05.194.502/0001-14, Atas de Registro de Preços n.º 009/2017, 033/2017 e 050/2017. A Sanção Administrativa encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº 8636/2017. Em 16/03/2018. Maria Aparecida Pires de Moura/Presidente da COPECAF

EDITAL DE RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - EXERCÍCIO DE 2018
Pelo presente Edital o **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE ARCOS E REGIÃO**, CNPJ 20.939.336/0001-21, faz saber aos Senhores Empregadores do Grupo 2º do Plano da C.N.T.T.T. do quadro a que se refere o Art. 577 da CLT, NOTIFICA AS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS (INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL, FRETAMENTO E TURISMO) DO TRANSPORTE DE CARGAS EM GERAL E AS EMPRESAS QUE EMPREGAM TRABALHADORES NAS CATEGORIAS DIFERENCIADAS (MOTORISTAS, TRATORISTAS, CONDUTORES DE TRATOR DE RODAS, DE ESTEIRA, MISTO OU EQUIPAMENTO AUTOMOTOR DESTINADO A MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS OU EXECUÇÃO DE TRABALHO AGRÍCOLA, DE TERRAPLANAGEM, DE CONSTRUÇÃO OU PAVIMENTAÇÃO), SEJAM NO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, AGRICULTURA, CRÉDITO, EDUCAÇÃO E CULTURA, COMUNICAÇÕES PUBLICIDADE. TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, COMÉRCIO VAREJISTA TRANSPORTADOR E REVENDEDOR DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO E DISTRIBUIDORES DE BEBIDAS EM GERAL, de conformidade com o Art. 511 da CLT em seu parágrafo 3º, FICAM OBRIGADOS AO DESCONTO da Contribuição Sindical exercício 2018 de seus empregados representados por este Sindicato na Base Territorial: Arcos, Bambui, Lagoa da Prata, Luz, Iguatama, Japaraíba, Moema e Pains, conforme determina o Art. 582 da C.L.T. O referido desconto deve ser efetuado sobre os salários de março de 2018 e recolhido em estabelecimento bancário credenciado pela Caixa Econômica Federal até o dia 30 de Abril de 2018. O não recolhimento na data prevista implicará em multa prevista no Art. 600 da CLT. As guias de recolhimento já estão sendo expedidas devendo os senhores Empregadores que não as receber até 30 de Março, solicitá-las a este Sindicato: Rua Efraim Procópio, 58 - Centro - Arcos/MG - Telefone: (37) 3351-1020 - horários de 07h30min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min. E-mail: sindtransportes@astom.com.br. Arcos/MG, 16 de Março de 2018. Ronaldo Jose de Andrade - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIPÓ/ MG
EXTRATO DE EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO Nº43/2018
PREGÃO Nº 24/2018
A Prefeitura Municipal de Matipó/ MG, através de seu Pregoeiro Oficial, torna pública a abertura do Processo Licitatório nº 43/2018, na modalidade Pregão nº 24/2018, na forma presencial, do tipo menor por Item, regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, e demais condições fixadas no instrumento convocatório. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar de rotas remanescentes para o Município de Matipó/MG. Credenciamento e abertura dos Licitantes: 05/04/2018 até 13:00 horas. Local: Praça Independência nº 242, Centro, CEP: 35.367-000, Matipó/MG. Informações pelo telefone (31) 3873-1680, das 13:00 às 16:00 horas. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima na sede. - Pregoeira-PATRICIA TRAVASSOS VIEIRA.

EXTRATO DE EDITAL- PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 44/2018
CONCORRÊNCIA Nº. 01/2018
A Prefeitura Municipal de Matipó / MG, através de seu Presidente Oficial, torna pública a abertura do Processo Licitatório nº. **44/2018**, na modalidade Concorrência nº. **01/2018**, na forma presencial, regido pela Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, e demais condições fixadas no instrumento convocatório. Objeto: Cessão de uso Espaço Público de áreas centrais do Município de Matipó/MG. Abertura da Sessão Oficial será dia: 23/04/2018 às 08:30 horas. Local:Praça da Independência nº242, Centro, Matipó/MG. Informações pelo telefone (31) 3873-1680, das 13:00 às 16:00 horas. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima. Prefeito Municipal de Matipó/MG.

EXTRATO DE EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 45/2018
CONCORRÊNCIA Nº. 02/2018
A Prefeitura Municipal de Matipó / MG, através de seu Presidente Oficial, torna pública a abertura do Processo Licitatório nº. **45/2018**, na modalidade Concorrência nº. **02/2018**, na forma presencial, regido pela Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, e demais condições fixadas no instrumento convocatório. Objeto: Permissão de uso de espaço Público para fixação de Banca de Jornal no Município de Matipó/MG. Abertura da Sessão Oficial será dia: 23/04/2018 às 14:30 horas. Local:Praça da Independência nº242, Centro, Matipó/MG. Informações pelo telefone (31) 3873-1680, das 13:00 às 16:00 horas. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima. Prefeito Municipal de Matipó/MG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG
Proc. 27/18 - Dispensa 5/18 - contratação de empresa especializada para realização de serviços em aparelho de Raio X móvel CDK - Sr. Prefeito, Marcelo M. Mendonça, Ratifica e Homologa a favor de X - Service Manut. Com. Equip. Médicos EIRELI-EPP - CNPJ 07.817.955/0001-85 - CTR 25/18 - Vr: R\$ 5.800,00 - Vig: 31/5/18 - Assina p/ Contratada: Teodomiro D. O. Filho.
Proc. 29/18 - PP 16/18 - Aquis. Plantas e insumos p/ jardins - Credenc: 9/4/18 - 09h - licitacao.prefeituraromão2017@gmail.com - saoromao.mg.gov.br.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG
Proc. 25/16 - Pregão 15/16 - Contr. T. Escolar - 5º Aditivo ao CTR 31/18 - Aplica reajuste IPCA 5,1594%, Inc. XXI, art. 37, CC/88.
Proc. 25/16 - Pregão 15/16 - Contr. T. Escolar - 4º Aditivo ao CTR 32/18 - Aplica reajuste IPCA 5,1594%, Inc. XXI, art. 37, CC/88.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - O Presidente do **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE VARGINHA**, com sede no Município de Varginha, ancorando-se em dispositivos legais e estatutários, CONVOCA todos os trabalhadores lotados na empresa de Transporte Coletivo Urbano da cidade de Varginha, ou seja, funcionários da empresa **TURILESSA LTDA Autotrans**, associados ou não do Sindicato, para uma **Assembleia Geral Extraordinária** a ser realizada no dia 26 de março de 2018, em dois turnos, às 9:00 e às 15:00 horas, em primeira convocação, na sede do Sindicato, situado na Avenida Agenor Aguiñald Braga, 140 – Bairro Vila Verde – Varginha/MG, para tratar dos seguintes assuntos: a) Leitura do Edital de convocação; b) Discussão e deliberação sobre reivindicações salariais e condições de trabalho dos trabalhadores lotados nas empresas de Transporte Coletivo Urbano da cidade de Varginha, cuja pauta após aprovada, será remetida ao Sindicato Patronal, bem como à empresa, com vistas à celebração de Acordo Coletivo de Trabalho, para vigorar de 01/05/2018 a 30/04/2019; c) Autorização à Diretoria do Sindicato para firmar acordo administrativo e na inviabilidade, poderes para ajuizar Dissídio Coletivo; e) Deliberar sobre contribuições à entidade, observando o disposto nos Artigos 8º, inciso IV da Constituição Federal, combinado com disposto nos artigos 545, 513, alínea e, 578, 579 e 582 da CLT, tudo com observância do que dispõe a Lei 13.467/2017, TAC e, também com o disposto no art. 8º da Convenção 95 da OIT. Não havendo número legal de presentes em primeira convocação, a Assembleia será realizada 30 (trinta) minutos após, em segunda convocação, no mesmo dia e local, com qualquer número de presentes e, as decisões tomadas prevalecerão para todos os efeitos. Varginha (MG), 19 de março de 2018. JOSE PAULINO NETO – Presidente.

HOJE EM DIA

ANUNCIE AQUI

(31) 3236-8001

CÂMARA MUNICIPAL DE VIRGEM DA LAPA/MG
Torna pública que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial nº 002/2018, para a Contratação de empresa especializada para fornecimento de Gêneros Alimentícios necessários à manutenção das atividades operacionais da Secretaria desta Câmara Municipal de Virgem da Lapa, com entrega dos envelopes de Proposta e habilitação até às 10:30 horas do dia 02 de abril de 2018. Maiores informações bem como a retirada do edital completo estará a disposição na Câmara Municipal, situada a Av. Capitão Mor Antônio Pereira, nº 110 - Centro - 39630-000 - Virgem da Lapa - Minas Gerais.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DA SEDE DA COMARCA DE SABARÁ/MG	
RUA MARIETA MACHADO, Nº 103, CENTRO, SABARÁ/MG, CEP 34505-390 (31) 3671-1075	
Habilitações de Casamento:	
FREDERICO ALVES DE OLIVEIRA e NIELY ESTEFANI DA SILVA CRUZ BARBOSA , resd. Sabará. Ele, n. 07/10/1991, f. Milton Rosário de Oliveira e Patrícia Alves Teixeira. Ela, n. 28/11/1992, f. Laurindo da Cruz Barbosa e Márcia Lourenço da Silva.	ROGERIO DE OLIVEIRA e SOLANGE APARECIDA FERREIRA , resd. Sabará. Ele, n. 15/05/1973, f. José Ribeiro de Oliveira e Conceição Brígida de Oliveira. Ela, n. 11/10/1987, f. Ana Lúcia Ferreira.
ADÃO PEREIRA DOS SANTOS e IDARLIANE APARECIDA ASSUNÇÃO DA CRUZ , resd. Sabará/MG. Ele, n. 09/10/1987, f. José Faustino dos Santos e Lucidália Pereira dos Santos. Ela, n. 29/10/1981, f. Carlos Antonio da Cruz e Maria do Rosário Assunção.	GENILSON PEQUENO DO NASCIMENTO e JOSIANE ROSA DE JESUS , resd. Sabará. Ele, n. 20/12/1991, f. Dalvaneide Pequeno do Nascimento. Ela, n. 10/05/1987, f. Paulo de Jesus e Nilda Rosa de Jesus.
HANS MÜLLER BARBOSA e TATIANA MAGALHÃES SOARES , resd. Sabará. Ele, n. 16/09/1991, f. Ronaldo Barbosa e Maria Augusta Barbosa de Andrade. Ela, n. 03/12/1995, f. Lamir do Nascimento Soares e Ivany Luiza Magalhães.	JOSIMAR FERNANDES PESSOA e VANESSA CRISTINA DA CONCEIÇÃO SOUZA , resd. Sabará. Ele, n. 28/07/1987, f. Deroci Fernandes Pessoa e Maurilcia Maria Pessoa. Ela, n. 25/05/1992, f. Roberto Ferreira de Souza e Edna Marilac Conceição.
RONALDO FERREIRA DA SILVA e DANIELA MÁRCIA PEREIRA , resd. Sabará. Ele, n. 03/07/1991, f. Jorge Roberto da Silva e Maria de Lourdes. Ela, n. 28/07/1997, f. Hailton Márcio Pereira e Ana Cláudia de Oliveira Pereira.	ANTONIO SILVA DE DEUS e DIRLENE RIBEIRO ALVES , resd. Sabará. Ele, n. 26/12/1959, f. Pedro Ribeiro de Deus e Georgina Ribeiro da Silva. Ela, n. 17/09/1982, f. Ananias Bernardo Ribeiro e Matilde Silva de Pinho.
NÍCOLAS EDUARDO DO CARMO MORAIS MARTINS e ANA LUZIA MIRANDA MOREIRA , resd. Sabará. Ele, n. 30/04/1992, f. Raimundo do Carmo Martins e Maria Celeste Moraes Martins. Ela, n. 21/02/1997, f. Wilton Moreira e Jomara Roberta Miranda.	VALDEIR NUNES SILVA SOUZA e EMILY SOARES DA SILVA , resd. Sabará. Ele, n. 24/09/1993, f. Vicente de Paula de Souza e Valdecina Orcelina Silva Souza. Ela, n. 08/08/1995, f. Silvano Soares da Silva e Maria Aparecida Evangelista.

EDITAL DE PROCLAMAS: REGISTRO CIVIL E NOTAS DO DISTRITO DO BARREIRO	
RUA JOSÉ BRANDÃO, 86, BARREIRO DE BAIXO, CEP 30.640-020 - BELO HORIZONTE/MG - (31)2535-7238	
Faz saber que pretendem casar-se:	
THIAGO PATRICIO BATISTA DE OLIVEIRA, solteiro, empresario, nascido em 01/02/1987 em Belo Horizonte MG, residente na Rua Santa Cruz, 300, Bloco D1, Apt.402, Lagoa Santa MG, filho de WESSBREM DE OLIVEIRA e EDIRLENE NONATO BATISTA SANTANA Com SABRINA HELEN OLIVEIRA DIAS, solteira, do lar, nascida em 08/03/1992 em Contagem MG, residente na Rua Italo Dinelli, 120, Belo Horizonte MG, filha de EMANUEL LUCAS DIAS e IRANI DE OLIVEIRA SILVA DIAS.//	MENDES SILVA, solteira, auxiliar de servicos gerais, nascida em 19/03/1962 em Pitanguy, MG, residente a Rua Da Olaria, 550 /101, Bl 8, Diamante Barreiro , Belo Horizonte, filha de MADALENA FERREIRA DA SILVA.//
JOSE ARNALDO DE MATOS, solteiro, operador industrial, nascido em 19/03/1984 em Senador Modestino Gonçalves, MG, residente a Rua Luizito Ferreira, 462, Olaria Do Barreiro Barreiro , Belo Horizonte, filho de HUMBERTO NORBERTO DE MATOS e MARIA DAS GRACAS FERREIRA DE MATOS Com LUFILAVIA BANDEIRA DE SOUSA, solteira, televendedor, nascida em 05/05/1990 em Brumadinho, MG, residente a Rua Luizito Ferreira, 462, Olaria Do Barreiro Barreiro , Belo Horizonte, filha de MAURICIO BANDEIRA DE SOUSA e MARIA NATALICIA DE SOUSA.//	BRUNO ALTIMERSON SOARES ALMADA, solteiro, gesseiro, nascido em 07/05/1992 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Azevinho, 112, Olaria Barreiro , Belo Horizonte, filho de ALTIMISON AGUIAR ALMADA e CLEONICE ANTONIO SOARES Com ESTER MARTINEZ FLORES SILVA, solteira, estudante, nascida em 12/12/1998 em Jacinto, MG, residente a Rua Coletora, 269, Vila Pinho Barreiro , Belo Horizonte, filha de PABLO MARTINEZ FLORES e IVANETE DA SILVA.//
MATHEUS ALVES PEREIRA, solteiro, tatuador, nascido em 11/04/1997 em Vitoria, ES, residente a Rua Delfim, 588, Miramar Barreiro , Belo Horizonte, filho de NELSON DA SILVA PEREIRA e ROSSANA CORDEIRO ALVES PEREIRA Com THALYA DA SILVA GOMES FAGUNDES, solteira, teleteendente, nascida em 01/09/1997 em Vitoria, ES, residente a Rua Delfim, 588, Miramar Barreiro , Belo Horizonte, filha de JOSE FAGUNDES DA SILVA e ALESSANDRA DA SILVA GOMES FAGUNDES.//	GUSTAVO HENRIQUE DIAS DA SILVA, solteiro, vendedor, nascido em 07/04/1981 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Orvalino Peixoto, 230, Teixeira Dias Barreiro , Belo Horizonte, filho de ANTONIO GERALDO DA SILVA e ISABEL CRISTINA DIAS DA SILVA Com DANIELE CHRISTINA SANTOS DE CARVALHO, divorciada, professora, nascida em 31/05/1976 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Vicente Surette, 340, Mangueiras Barreiro , Belo Horizonte, filha de ROBERTO DE CARVALHO e MARIA DAS GRACAS SANTOS CARVALHO.//
FABIO MARCOS COSTA, solteiro, operador maquinas, nascido em 20/09/1978 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Afeganistao, 21, Tirol Barreiro , Belo Horizonte, filho de OSMAR VITOR COSTA DE JESUS e MARIA JUVENTINA COSTA Com ROSEMARY DA SILVA RIBEIRO, solteira, vendedora, nascida em 03/09/1969 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Afeganistao, 21, Tirol Barreiro , Belo Horizonte, filha de ANTONIO RIBEIRO DE SOUSA e MARISTELA DA SILVA RIBEIRO.//	THALES HENRIQUE BERNARDINO GONCALVES, solteiro, auxiliar administrativo, nascido em 12/01/1999 em Contagem, MG, residente a Rua Paramirim, 125, Milonarios Barreiro , Belo Horizonte, filho de MARCIO DE JESUS GONCALVES e CLEIA BERNARDINO Com DEBORA EVANGELISTA PACHECO FONSECA, solteira, estudante, nascida em 13/03/2002 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Dos Esportes, 32, Bonsucesso Barreiro , Belo Horizonte, filha de DANIEL EVANGELISTA FONSECA e CARLA DOS SANTOS EVANGELISTA.//
GILBERTO WAGNER SANTOS PONTES, solteiro, autonomo, nascido em 19/01/1989 em Belo Horizonte, MG, residente a Avenida Olinto Meireles, 2617, Milonarios Barreiro , Belo Horizonte, filho de FABIO MANOEL DE SOUZA PONTES e ELIZABETE SANTOS ROCHA Com GABRIELA NEVES DE OLIVEIRA GOMES, solteira, enfermeira, nascida em 09/02/1985 em Governador Valadares, MG, residente a Avenida Olinto Meireles, 2617, Milonarios Barreiro , Belo Horizonte, filha de EDUARDO VIEIRA GOMES e MARCIA NEVES DE OLIVEIRA GOMES.//	AVANDIL ALVES DE OLIVEIRA, solteiro, taxista, nascido em 16/12/1961 em Gouveia, MG, residente a Avenida Flor De Seda, 1181, Lindeia Barreiro , Belo Horizonte, filho de JOSE RAIMUNDO DE OLIVEIRA e NATALINA ALVES COM TAMARA ADIB HENRIQUES SOARES, solteira, salgadeira, nascida em 10/06/1967 em Belo Horizonte, MG, residente a Avenida Flor De Seda, 1181, Lindeia Barreiro , Belo Horizonte, filha de LAIR SOARES e IGNEZ DA CONCEICAO HENRIQUES SOARES.//
WELLINGTON RODRIGUES MACHADO, solteiro, tecnico em manutencao, nascido em 09/01/1983 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Argental Drumond, 93, Santa Cecilia Barreiro , Belo Horizonte, filho de GERCI RODRIGUES MACHADO Com REGIANA CESARIO DA SILVA, solteira, operadora de loja, nascida em 23/04/1985 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Argental Drumond, 93, Santa Cecilia Barreiro , Belo Horizonte, filha de BEMILTON ANTONIO DA SILVA e EVA CESARIO DA SILVA.//	THIAGO DE FIGUEIREDO COTA, solteiro, aposentado, nascido em 15/06/1985 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Sao Tome, 98 A, Brasil Industrial Barreiro , Belo Horizonte, filho de JURACI DE FIGUEIREDO COTA e SIZARLETE ANGELA FONSECA DE FIGUEIREDO COTA Com MILIANE APARECIDA TORRES, solteira, professora, nascida em 28/09/1983 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Sao Tome, 98 A, Brasil Industrial Barreiro , Belo Horizonte, filha de ABADIA DANIEL TORRES.//
MARCIO VIEIRA, solteiro, servente, nascido em 04/09/1971 em Vitoria, ES, residente a Rua Da Olaria, 550 /101, Bl 8, Diamante Barreiro , Belo Horizonte, filho de ONOFRE JOSE VIEIRA e MARIA DA CONCEICAO VIEIRA Com WALDENICE	GILMAR SANTOS SOUZA, solteiro, segurancas, nascido em 04/06/1983 em Camaca, BA, residente a Rua Doutor Gervasio Gonçalves Barbosa, 138 C, Olhos D Agua Barreiro , Belo Horizonte, filho de JAIRO ARAUJO DE SOUZA e DORALICE ALVES DOS SANTOS Com ELIANE NATALIA GODINHO, solteira, do lar, nascida em 09/12/1981 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Doutor Gervasio Gonçalves Barbosa, 138 C, Olhos D Agua Barreiro , Belo Horizonte, filha de RAIMUNDO GODINHO BRAZ e MARIA JOSE GODINHO.//
IVAN ALMEIDA GUEDES, divorciado, serralheiro, nascido em	
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 do Código Civil Brasileiro.	
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.	
Belo Horizonte, 19/03/2017.	
Leticia Franco Maculan Assumpcao	
Oficial do Registro Civil	

AVISO AOS ACIONISTAS
Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – COHAB MINAS – CNPJ: 17.161.837/0001-15 – Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, em nossa sede social, na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Bairro Serra Verde - Edifício Gerais, 14º andar, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei n.º 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2017. Belo Horizonte, 20 de março de 2018. (as) Alessandro Marques – Presidente do Conselho de Administração.

SECRETARIA DA 19ª VARA CÍVEL - COMARCA DE BELO HORIZONTE. EDITAL DE CITAÇÃO, COM PRAZO DE 30 DIAS. A Dra. Maria da Glória Reis, Juíza de Direito da 19ª Vara Cível, na forma da lei, faz saber a todos quantos o conhecimento do presente deva pertencer que, por este juízo e secretaria, têm andamento os autos da Ação de Rescisão Contratual, processo nº 0024.11.309.122-7, requerida por **MRV SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA. em face de MARIA JOSE DE CARVALHO PINHEIRO e EDSON SANTANA MOREIRA JÚNIOR**, referente ao Contrato Particular de Promessa de Compra e Venda do apartamento 403, do bloco 04, do Residencial Montreal, localizado na Rua José Cleto, 423, Bairro Santa Cruz, Belo Horizonte/MG; e por não lograrem êxito em descobrir o paradeiro do segundo réu **EDSON SANTANA MOREIRA JÚNIOR**, que se encontra em local incerto e não sabido, expediu-se o presente edital para citá-lo, para tomar conhecimento dos termos da ação e para, querendo, contestá-la, no prazo de 15 (quinze dias). Não sendo contestada a ação presumir-se-á aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (NCPC, art.344). E, para que ninguém possa alegar ignorância, será o presente publicado na forma da lei e afixado em local de costume. Belo Horizonte, 27 de setembro de 2017. O escrivão; (ass.) Hebert Marinho Gonçalves. (ass.) Juíza de Direito.

EDITAL DE RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - EXERCÍCIO 2018
PELO PRESENTE EDITAL O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO E AFINS DE ARCOS E REGIÃO, NOTIFICA AS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DA PANIFICAÇÃO, CONFEITARIA, MASSA ALIMENTÍCIA E BISCOITOS, INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS E PRODUTOS DERIVADOS, INDÚSTRIAS DE CAFÉ, INDÚSTRIAS DE CERVEJA E BEBIDAS EM GERAL, INDÚSTRIAS DE CARNES E DERIVADOS E DO FRIO, DA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO ANIMAL E INDÚSTRIAS DE PRODUTOS AVÍCOLAS, de conformidade com o Art. 511 da C.L.T. em seu parágrafo 3º, FICAM OBRIGADOS AO DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL exercício 2018 de seus empregados representados por este Sindicato na Base Territorial: Arcos, Bambui, Bom Despacho, Candeias, Capitólio, Camacho, Estrela do Indaí, Formiga, Iguatama, Itamonte, Lavras, Luz, Pains, Piumhi, Santo Antônio do Monte, São Gonçalo do Pará e São Sebastião do Oeste, conforme determina o Art. 582 da C.L.T. O referido desconto deve ser efetuado sobre os salários de março de 2018 e recolhido em estabelecimento bancário credenciado pela Caixa Econômica Federal até o dia 30 de abril de 2018. O não recolhimento na data prevista implicará em multa prevista no Art. 600 da C.L.T. As guias de recolhimento serão expedidas, devendo os senhores Empregadores que não as receber até 30 de março, solicitá-las a este Sindicato: Rua Efraim Procópio, 58 - Centro - Arcos/MG - Telefone: (37) 3351-1020 - horários de 07h30min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min. E-mail: sindalimentacao@astom.com.br. Arcos/MG, 19 de março de 2018. ANTONIO GONTUJO NETO - PRESIDENTE

a Rua 2, 300, Novo Santa Cecilia Barreiro , Belo Horizonte, filha de NILTON DE PAULA FILHO e MARIA HELENA TEIXEIRA DE PAULA.//

DEVANIR SANT ANA DO NASCIMENTO, divorciado, polidor automotivo, nascido em 29/09/1991 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Tapaiaras, 149, Milonarios Barreiro , Belo Horizonte, filho de SEBASTIAO ROSA DO NASCIMENTO e IVANILDA DO CARMO SANT ANA DO NASCIMENTO Com JENNIFER LORRAYNE FERREIRA SILVA, solteira, operadora de caixa, nascida em 06/02/1998 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Divisa Santa, 474, Milonarios Barreiro , Belo Horizonte, filha de JOSE EZEQUIEL SILVA e NAZARENA SILVA FERREIRA.//

GLEIDMILSON LUCIO DOS SANTOS, solteiro, tecnico de planejamento, nascido em 09/05/1989 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Professor Joao Moreira, 75, Independencia Barreiro , Belo Horizonte, filho de VALDELI DOS SANTOS e GEZI ANTUNES MOREIRA SANTOS Com SHEILA PAULA ALVES, solteira, operadora de caixa, nascida em 16/10/1989 em Contagem, MG, residente a Rua Carmelita Coelho Da Rocha, 113, Independencia Barreiro , Belo Horizonte, filha de JOSE ALVES BATISTA e MARIA LUIZA FIALHO ALVES.//

COSMO DOS SANTOS DE SOUSA, divorciado, servicos gerais, nascido em 21/03/1983 em Itambacuri, MG, residente a Rua Ipameri, 160 Cx 1, Bonsucesso Barreiro , Belo Horizonte, filho de MARIA DAS DORES DOS SANTOS DE SOUZA Com ADRIANA DE ARAUJO MATIAS, solteira, do lar, nascida em 16/07/1983 em Itapacerica Da Serra, SP, residente a Rua Ipameri, 160 Cx 1, Bonsucesso Barreiro , Belo Horizonte, filha de ADILSON MATIAS e DAMIANA MARIA DE ARAUJO SANTOS.//

LEANDRO DA SILVA BRAGA, solteiro, lider de producao, nascido em 03/07/1986 em Contagem, MG, residente a Rua F, 15, Brasil Industrial Barreiro , Belo Horizonte, filho de NIVALDO BRAGA DA SILVA e VICENTINA MARIA DA SILVA BRAGA Com RENATA MARIA DA SILVA, solteira, analista de logistica, nascida em 16/02/1984 em Piedade Do Paraopeba, MG, residente a Rua F, 15, Brasil Industrial Barreiro , Belo Horizonte, filha de ADILSON JOSE DA SILVA e ELENA RODRIGUES PARREIRAS SILVA.//

RONIERISON DA SILVA, solteiro, desenvolvedor front - end, nascido em 14/03/1990 em Contagem, MG, residente a Rua Graunas, 425, Flavio Marques Lisboa Barreiro , Belo Horizonte, filho de CARLOS CESAR DA SILVA e ADACIA SOARES DE OLIVEIRA DA SILVA Com NAYARA LAIS OLIVEIRA, solteira, auxiliar de departamento pessoal, nascida em 18/02/1990 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Graunas, 425, Flavio Marques Lisboa Barreiro , Belo Horizonte, filha de VICENTE MACIEL DE OLIVEIRA e MARIA DALVA PARREIRAS OLIVEIRA.//

WALLACE RAMOS DE JESUS ALVES, solteiro, orcamentista, nascido em 05/04/1994 em Contagem, MG, residente a Rua Sao Mateus, 248, Brasil Industrial Barreiro , Belo Horizonte, filho de JOSE CARLOS DE JESUS ALVES e ANA MARIA RAMOS TOLENTINO Com LETICIA DE JESUS SILVA, solteira, auxiliar de producao, nascida em 19/04/1997 em Contagem, MG, residente a Rua Graunas, 428, Flavio Marques Lisboa Barreiro , Belo Horizonte, filha de JUMAR JESUS SILVA e ALESSANDRA MARIA DA SILVA.//